



Albertino Lopes Mendes

**O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO
EM CABO VERDE NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1991 A 2011**

**Goiânia,
2016**



Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Ciências Sociais
Programa de Pós Graduação em Ciência Política

Albertino Lopes Mendes

**O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO
EM CABO VERDE NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1991 A 2011**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a **DENISE PAIVA FERREIRA** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Este exemplar corresponde a versão final defendida por Albertino Lopes Mendes e orientado pela Prof. Dr^a Denise Paiva Ferreira.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação – (PEC-PG), da CAPES/CNPq – Brasil

Goiânia,

2016

Resumo

Este trabalho examina o processo de institucionalização do sistema partidário em Cabo Verde no período compreendido entre 1991 a 2011. O argumento geral, parte de Mainwaring e Torcal (2005), de acordo com os autores “sistemas partidários dos países menos desenvolvidos são menos institucionalizados”. Desse modo buscamos refutar os argumentos dos dois autores acima mencionados e demonstrarmos que o país em estudo se situa na categoria de país menos desenvolvido, mas o sistema partidário encontra-se institucionalizado. Baseamos o nosso estudo em tres dimensões propostas por Mainwaring e Scully (1995) para a nossa pesquisa. Estas dimensões: a competição interpartidaria, raízes estaveis na sociedade e a continuidade organizacional mensuradas de acordo com a utilização de alguns indicadores propostos pelos autores mencionados acima.

Palavras-chave: partidos políticos, sistema partidário, bipartidarismo, democracia, institucionalização, Cabo Verde.

Abstract

This work examines the process of institutionalization of the political system in Cape Verde between the period 1991 and 2011. The general argument begins of Mainwaring and Torcal (2005). According to these authors, “the systems supporting of less developed countries are less institutionalized”. In this way, we refuted the two authors' arguments above mentioned and demonstrate that the country in study although it places in less developed countries category its political system is well institutionalized. Our study was based on three dimensions proposed by Mainwaring and Scully (1995): inter-party competition, stable roots in the society and the organizational continuity that are measured according to some indicators.

Keywords: political parties, party system, bipartisanship, democracy, institutionalization, Cape Verde.

Sumário

Dedicatória.....	6
Agradecimentos.....	7
Epígrafe	9
Lista de abreviaturas e siglas	10
Introdução.....	13
Capítulo 1 – Transição política em Cabo Verde: contextualização sócio-histórica	15
1.1. PAIGC: a luta conjunta entre Cabo Verde e Guiné-Bissau para a independência ..	17
1.2. Abertura política em Cabo Verde	26
1.2.1. Sistema eleitoral.....	30
Capítulo 2 – O debate teórico sobre a institucionalização de sistemas partidários: dimensões e variáveis explicativas	33
Capítulo 3 – Partidos políticos, eleições e democracia em Cabo Verde	43
3.1. Padrões estáveis da competição interpartidária	48
3.2. Raízes estáveis na sociedade	52
3.3. Continuidade organizacional	55
3.4. Institucionalização e a democracia: o caso de Cabo Verde	58
Considerações finais	66
Referências Bibliográficas.....	68

Índice de Quadros

Quadro 1 – Percentual de votos (por partido) nas Eleições Legislativas em Cabo Verde 1991 – 2011.	49
Quadro 2 – Percentual de votos (por candidato) nas eleições presidenciais em Cabo Verde 1991 – 2011	50
Quadro 3 – Indicadores dos padrões de competição eleitoral em Cabo Verde	50
Quadro 4 – Indicadores do enraizamento dos partidos políticos cabo-verdianos	54
Quadro 5 – Indicadores do enraizamento dos partidos cabo-verdianos	55
Quadro 6 – Indicadores do peso das cisões no sistema partidário em Cabo Verde	56

Dedicatória

Dedico esse trabalho a minha mãe Maria Tereza Lopes de Pina pelo apoio incansável ao longo dessa caminhada; ao meu tio Manuel António de Pina Souto Amado e Rosimara Agapito por terem-me demonstrado que a persistência é necessária pra que o ser humano possa ter sucesso; e a minha orientadora Dr^a Denise Paiva Ferreira por ter aceitado desde o início o desafio de orientar sobre um país que lhe é estranho, pela paciência, pelo profissionalismo e pela troca de aprendizado.

Agradecimentos

Esta é sem dúvida a parte do texto acadêmico onde os pesquisadores possam deixar florir as suas emoções e expressá-lo de uma forma bem calorosa. Neste sentido, registro aqui as minhas gratidões e os meus apreços a todos que estiveram envolvidos nesse processo. Estes parágrafos são poucos pra agradecer, de forma particular a todos. Será destacado aqui alguns nomes, mas de modo especial deixo aqui um obrigado a todos.

Primeiramente agradeço a Deus pelo Dom da vida que ele me deu e pela força que depositou em mim pra poder superar todos os obstáculos durante essa caminhada, dando graça a realização de um sonho pessoal, que hoje se torna realidade.

À minha orientadora, Prof.^a. Dr.^a. Denise Paiva Ferreira, pelo apoio desde a minha chegada, pela troca de aprendizado e amizade construída, pelo estímulo, sugestões, pela devida orientação, pelos comentários, dando-me sempre a hipótese de ganhar mais conhecimento e experiência, tanto acadêmico, pessoal e profissional.

No âmbito institucional, gostaria de agradecer a Universidade Federal de Goiás (UFG) por terem-me aceitado no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política por toda assistência prestada ao longo desses dois anos de mestrado; particularmente aos meus ex-colegas da graduação que de uma forma incansável me ajudaram na coleta dos dados – Adélito Tavares, Anildo Rodrigues, Anilsa Gonçalves e Nataniel Monteiro. Por último agradeço o Programa Estudantes-Convenio de Pós-Graduação, da CAPES-CNPq (PEC-PG) – Brasil, pela bolsa concedida durante estes dois anos de mestrado e pelo atendimento de boa qualidade sempre que foi preciso.

Pessoalmente, deixo aqui meus apreços e agradecimentos a todos meus ex-professores da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) que desde início me incentivaram e prestaram apoio desde a candidatura. Um obrigado especial ao Prof. Dr. João Paulo Madeira, ao Prof. António de Jesus, pela carta de recomendação; a Mirian Steffen Vieira professora da Unissinos e colaboradora na Uni-CV pela carta de recomendação.

De igual modo agradeço todos meus professores da UFG, Francisco Tavares, Pedro Mundim, Carlos Ugo Santander, de uma forma especial aos professores Camila

Lameirão e João Botelho por terem participado da banca da minha qualificação e pelas sugestões dadas. E a todos meus colegas de mestrado que me acolheram bem e sempre disponibilizando apoios caso quando necessário.

Um obrigado especial a todos meus amigos, entre os quais destaco: Eduarda Fernandes, Liliane Gomes, Claudia, Rodrigo, Jordão Te, Emerson, Johnson, Abdul, Agostinho, Iris, Francisco Coelho, João António Coelho, Dabs Lopes, Vania Bango, Riga, Admir, João Manuel Moreno, Nanda Santos, Daniela Vegas, Vanusa Timas, Marlene Tavares, Danielle Persa, Georgina Vicente, Noêmia Vicente e Eufémia Vicente. Aos amigos com quem morei (em especial Dina Soares, Nigel Dias e Iza Maocha). A Fátima Ramos pelo apoio na recolha dos dados, a Rosimar Agapito (mãe de coração) pela amizade e apoio tanto moral como financeiro sempre que preciso.

Por último, agradeço a minha família por todo apoio e energias positivas. Aos meus sete irmãos (Ana, Palmira, Vany Pina, Zaina, Elizabeth, José e João Manuel); aos meus sobrinhos (Analissa, Edizaine, Ivania, Hallina, Emauro, Maura, Alie, Alexis e Preston) pelos sorrisos sinceros. Aos meus tios e tias (Manuel António, Agostinho, Armando, Manuel Mendes, Alice, Deolinda, Maria de Fátima, Arcinda, Lena, Luiza e Luzia), um especial obrigado. Aos meus primos (Sérgio Mendes, Nel Gonçalves, Alex, Ravanele, Vania, Carmelita, Albertina, Nilton, Jacira, Alice Fernandes, Flavio, Edmar, Mónica Mendes, Denis Teixeira) obrigado. A minha namorada Andréia Santos obrigado pelo companheirismo e pelo apoio moral a toda hora. Um especial obrigado a minha mãe Maria Tereza Lopes de Pina e ao meu pai José Correia Mendes.

Epígrafe

Kantadu ma democraciâ ma stába sukundidu ma tudu dja sai na kláru i nostudu dja bira sabido kada um ku siu maniâ fladu rodóndu bira cuadrádu kada um ku si tioriâ por razon pendi di si ládu.

Cantou-se que a democracia estava escondida mas tudo já está claro e nós todos já temos conhecimento cada um com sua mania fala redondo, vira quadrado cada um com sua teoria põe a razão a seu favor.

[“demokransa” por Mayra Andrade, in navega].

Lista de abreviaturas e siglas

ADM - Aliança Democrática para a Mudança

ANP - Assembleia Nacional Popular

B.O. - Boletins Oficiais

CNE - Comissão Nacional de Eleição

CDD-Gana - Centro para o Desenvolvimento Democrático

FLIGC - Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

IDASA- Instituto para a Democracia na África do Sul

IREEP - Instituto para a Pesquisa Empírica na Economia Política

JAAC-CV - Juventude Africana Amílcar Cabral

LOPE - Lei Sobre a Organização Política do Estado

MLGCV - Movimento da Libertação da Guiné e de Cabo Verde

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MpD - Movimento para Democracia

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

OMCV - Organização das Mulheres de Cabo Verde

OPAD-CV - Organização dos Pioneiros Abel Djassi de Cabo Verde

PAICV - Partido Africano para Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PCD - Partido de Convergência democrática

PTS - Partido do Trabalho e da Solidariedade

UCID - União Cabo-verdiana Independente e Democrata

UPICV - União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde

UNTC-CS - União Nacional dos Trabalhadores Cabo-Verdianos-Central Sindical

Mapa de Cabo Verde



Cabo Verde tem uma dimensão de 4033 km². Brasil a sua dimensão é 2111,5 vezes maior que Cabo Verde, isto é, o Brasil tem uma dimensão total de 8.515.767 km².

Introdução

No final dos anos de 1980, vários Estados africanos abandonaram os antigos regimes autoritários, o que resultou na implementação de regimes democráticos. Em grande medida essas mudanças podem ser explicadas por fatores internos, entre os quais, a falência econômica e política dos regimes anteriores, o descontentamento, organização e mobilização das forças políticas da oposição. No entanto, os fatores mais relevantes foram o colapso do socialismo na União Soviética, no leste europeu e a queda do muro de Berlim. No caso de Cabo Verde, a democratização teve lugar em finais dos anos de 1990. Destacamos aqui alguns países africanos que nos anos de 1990 eram considerados democráticos: Botsuana, Maurícias e Gambia. Vale salientar aqui que em 1995 cerca de quarenta e oito Estados que fazem parte da África-Subsaariana já tinham completado as suas primeiras eleições multipartidárias. Destes, vinte e seis assistiram a um retrocesso pelo fato de ter sido bloqueado o processo de transição política, muitos deles imperfeitos entre os quais: Angola, Burkina Faso, Burundi, Chade, Guiné, Nigéria, entre outros. Apenas dezesseis, dos vinte e oitos Estados, completaram os seus respetivos processos de transição política. Exemplo de alguns destes países como: África do Sul, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Mali.

Segundo Chabal (2002), após terem passado pela fase da constituição de partidos políticos e eleições, muitos governos africanos começaram a adotar medidas de liberalização econômica e política, portanto, após o início da terceira vaga de democratização (Huntington, 1994). De acordo com Chabal (2002) autores como Costa (2003), Meyns (2002), Sanches (2007, 2011), Baker (2006) entre outros, têm procurado compreender o modo de funcionamento das instituições políticas africanas nestas novas democracias. Discutem-se ainda as características dos sistemas partidários e dos partidos políticos nas novas democracias e igualmente as principais diferenças em relação àquelas da primeira e segunda vagas. Mainwaring (1998,1999) alega que os sistemas partidários que emergiram após a terceira vaga, principalmente na América Latina, diferenciam-se, uma vez que se estruturam pelo Estado e pelas elites políticas. Estes sistemas dependem em grande medida dos recursos do Estado, sendo que os

partidos políticos estão geralmente menos enraizados na sociedade e apresentam níveis de volatilidade eleitoral mais elevados.

Partindo da análise de Mainwaring e Scully (1995), Kuenzi e Lambright (2001) realizaram um estudo comparado sobre o contexto africano que abrangia trinta países. As autoras demonstram dois pontos relacionados com a institucionalização dos sistemas partidários: os países africanos das novas democracias apresentam um grau de institucionalização baixo, já o segundo, que nas democracias mais antigas de África, nomeadamente Botsuana e Namíbia os sistemas partidários foram considerados mais institucionalizados.

No que diz respeito à democracia cabo-verdiana, Meyns (2002), Baker (2006) e Sanches (2011) partilham da ideia de que esta é considerada como exemplar, ou senão um caso excepcional no contexto africano. O país, logo após a transição política negociada, tem experimentado, alternância de poder, preocupação em expandir os direitos políticos, liberdades civis através de eleições regulares, livres e justas.

Nesta pesquisa, abordamos o processo de institucionalização do sistema partidário cabo-verdiano no período compreendido entre 1991 a 2011. Pretende-se aplicar algumas das dimensões explicativas do modelo de Mainwaring e Scully (1995) para analisar o processo de institucionalização do sistema partidário em Cabo Verde. As variáveis explicativas serão, raízes estáveis na sociedade, padrões de competição interpartidária e sua relação com a sociedade.

A opção pelo estudo de Mainwaring e Scully (1995), se explica por sua contribuição para a investigação acerca da institucionalização dos sistemas partidários. O trabalho propõe responder à seguinte pergunta: qual é a relação existente entre a institucionalização do sistema partidário, a estabilidade e posterior consolidação no sistema político cabo-verdiano? A dissertação encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro diz respeito à contextualização sócio histórica de Cabo Verde. O segundo, expõe um debate teórico acerca do tema em estudo. O terceiro se dedica a análise dos dados empíricos, por fim temos a conclusão.

Capítulo 1 – Transição Política em Cabo Verde: contextualização sócio-histórica

Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses em 1460, dois anos depois começou o povoamento das ilhas com pessoas oriundas do continente africano e europeu, no caso dos últimos maioria eram portugueses. Esse arquipélago, situado aproximadamente a 500 km da Costa Ocidental Africana, encontra-se no Centro do Oceano Atlântico, localizado estrategicamente entre os continentes Africano, Americano e Europeu. Cabo Verde está na categoria dos países de desenvolvimento médio de acordo com a agência *Africa Development Indicators e Economist Intelligence Unit's Democracy Index*. O país está dividido em duas regiões, a do Barlavento e a do Sotavento, cada uma dessa região é composta por cinco ilhas e alguns ilhéus, as ilhas habitadas são nove. As ilhas que fazem parte do Barlavento: Santo Antão; São Vicente; Santa Luzia (desabitada); São Nicolau; Sal e Boavista, o que assemelham e aproximam é a língua falada nessas ilhas, o crioulo. O mesmo acontece com o crioulo das ilhas do Sotavento, Maio; Santiago; Fogo e Brava. A origem dessa divisão ocorreu quando a metrópole portuguesa dividiu o país em duas capitânias, a do norte a do sul.

O país esteve durante cerca de quinhentos anos sob o domínio de Portugal e foi uma das últimas colônias portuguesas a se tornar independente. Vale salientar que Portugal diferentemente da França e da Inglaterra, ambos com colônias em África, foi o último país a conceder a independência às suas colônias.

Os sistemas coloniais inglês e francês com possessões na África, adotaram políticas mais flexíveis, suas ex-colônias acabaram mesmo por criar organizações autóctones, exemplo disso, temos a criação de sindicatos nesses países que acabariam por ajudar a antecipar o processo da independência das colônias francesas e inglesas ocorridos na década de sessenta. No caso de Portugal a situação foi diferente, houve muita pressão para a libertação das colônias e até mesmo luta armada em algumas colônias.

Dentre os cinco países Africanos colonizados por Portugal, houve luta armada em três delas: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. No caso de Cabo Verde não ocorreu a luta armada em função da dispersão das ilhas e do pouco espaço físico para tal, mas, segundo a narração de alguns autores, caso de Aristides Pereira (Lopes, 2012)

muitos Cabo-verdianos participaram da luta armada no solo guineense. A independência desses países aconteceu depois de vários anos de subordinação a metrópole. Em Cabo Verde embora não tenha havido luta armada devido as condições acima mencionadas, teve a contextação política ao regime colonial.

Um dos motivos que levou Portugal a conceder a emancipação não só a Cabo Verde mais às demais colônias foi a pressão internacional. Em 1962 houve críticas da Organização das Nações Unidas (ONU) e também da Organização da Unidade Africana (OUA) à política portuguesa em manter o regime colonial na África e também por não reconhecer o direito à independência e à autodeterminação de suas colônias. No que diz respeito a OUA a pressão foi maior, uma vez que esta organização solicitava que Portugal acelerasse o processo da independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

De acordo com Fernando Miguel (1996) os movimentos nacionalistas africanos surgiram nos finais dos anos cinquenta e início dos sessenta do século XX. Segundo este autor, aqueles grupos tiveram papel importante, pois através deles vários países africanos se tornaram independentes. Ainda de acordo com o autor citado, nas colônias portuguesas, boa parte, das agremiações que lutaram pela independência surgiram na própria metrópole, visto que existia um número considerável de estudantes das colônias que puderam prosseguir seus estudos nas universidades em Lisboa. Esses grupos/agremiações se organizaram tendo como principal objetivo a independência dos respectivos países, mas, no decorrer do tempo alguns deles acabaram por fugir a essa meta, pois surgiram outros que queriam disputar o estatuto de representantes da luta pela independência, criando assim conflitos entre si. Sobre esse tema Évora (2004) afirma:

“essas divergências surgem em decorrência das clivagens ético-culturais que existiam nestes movimentos que refletiam a própria realidade daqueles países. Angola e Moçambique são bons exemplos dessas realidades - que persistem até hoje - entre os movimentos nacionalistas que antes lutaram contra a dominação portuguesa e, que depois da independência, passaram a lutar um contra o outro”. (ÉVORA. Pg. 55, 2004).

De acordo com Évora (2004) a partir da criação destas agremiações/corporações em Portugal é que começaram a se pensar e discutir acerca da realidade desses países internamente, surgindo então a ideia da autonomia política e a independência.

Foi nesse ambiente que emergiram alguns movimentos nacionalistas segundo Fernando Miguel (1996). No caso de Cabo Verde e Guiné-Bissau, surgiu o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde¹ (PAIGC), criado antes da luta armada e foi fundado em 1956 na casa de Luís Cabral em Bissau. A luta armada se iniciou somente em 1963 depois de terem sido criadas todas as condições para que o partido declarasse guerra à Portugal. Fernando Miguel (1996) faz menção a outras corporações naqueles dois países que também reivindicavam a independência. Porém, não tiveram papel tão importante nesse processo como foi o caso do PAIGC. Dentre essas agremiações temos a Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (FLIGC) e também o Movimento da Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGCV).

Houve também o surgimento de outros movimentos em colônias portuguesas, em Angola surgiu o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em São Tomé e Príncipe o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e por fim em Moçambique foi organizada a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). No caso de Cabo Verde o PAIGC acabou por deixar de existir em 1980 com a desunião entre estes dois países devido ao golpe de estado ocorrido em Guiné-Bissau, esse assunto será retomado mais adiante. Nos outros países acima mencionados esses agrupamentos acabariam por se tornar partidos políticos e até hoje estão presentes no sistema político, participando regularmente das eleições e atuando na arena governamental.

1.1. PAIGC: a luta conjunta entre Cabo Verde e Guiné-Bissau para a independência

¹ O Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) foi principal ator institucional responsável pela luta armada e também pela independência da Guiné e Cabo Verde. Fundado em 1956 em Bissau, foi um movimento de luta pela libertação nacional e com um caráter binacional. O principal objetivo do partido era a independência desses dois países e posteriormente a unidade dos mesmos. Amílcar Cabral foi o seu principal fundador.

De acordo com Aristide Pereira² (Lopes, 2012) numa entrevista concebida ao jornalista José Vicente Lopes e que culminou na publicação de um livro intitulado “Minha vida nossa história” editado em 2012 em Cabo Verde, o PAIGC foi fundado 19 de Setembro de 1956 quando da visita de Amílcar Cabral³ à mãe em Guiné-Bissau. Aristides Pereira e Amílcar Cabral acabaram por se reunir e fundaram o partido, uma vez que era algo que estavam a planejar há muito tempo. Aristides Pereira afirmou que nesse encontro estavam quatro pessoas, ele, Amílcar Cabral, Luís Cabral⁴ irmão de Amílcar Cabral e também Fernando Fortes. Segundo as palavras de Aristides Pereira, Luís Cabral e Fernando Fortes faziam parte da iniciativa de criar o partido e estavam engajados desde o início. Nessa entrevista Aristides Pereira afirma que havia pessoas que não estavam presentes no dia da reunião que deu origem ao PAIGC, mas que foram consideradas fundadores do partido, porque desde o início quando surgiu a ideia da criação do partido estavam presentes, um deles foi Abílio Duarte⁵, que se mostrou convicto e firme o tempo todo. O objetivo principal do partido era a libertação da Guiné e de Cabo Verde. Amílcar Cabral o principal mentor dessa agremiação de libertação

² Aristides Maria Pereira, nascido em 17 de Novembro de 1923 na ilha de Boa vista (Cabo Verde), foi o primeiro Presidente da República do país, a partir de 1975 e esteve no poder até 1991 data da abertura política naquele país. Foi membro e fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde em 1956 em Bissau. Após o falecimento do então Secretário-Geral do partido Amílcar Cabral, Aristides Pereira assumiu o cargo do Secretário-Geral do PAIGC em 1973. Ambos participaram da luta armada em Guiné-Bissau para a independência para esses dois países. Pereira, faleceu em Coimbra, Portugal, em 2011 aos 87 anos. (Lopes, 2012).

³ Amílcar Lopes Cabral, nascido 12 de Setembro de 1924 em Bafatá, Guiné-Bissau. Filho de Cabo-verdiano e Guineense. Aos oito anos mudou-se para Cabo Verde com a família, mais precisamente para Santa Catarina (Ilha de Santiago), onde completou o ensino primário. Mudou-se para a ilha de São Vicente aonde veio terminar em 1943 o curso liceal. Em 1944 mudou-se de novo para a ilha de Santiago, onde começou a trabalhar na Imprensa Nacional. No ano seguinte se mudou para Portugal para fazer o estudo superior no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa. Terminando os estudos em 1950, trabalhou durante dois anos na Estação Agrária de Santarém. Regressou a Bissau em 1952 onde foi Adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné. Em 1956 juntamente com o seu irmão Luís Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), tendo sido nomeado o Secretário-Geral do partido. Cabral foi assassinado em 20 de Janeiro de 1973. (Lopes, 2012).

⁴ Luís Cabral, nascido em Bissau 11 de Abril de 1931, foi nomeado o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau logo após a independência em 1973, esteve no poder até 1980 quando foi deposto pelo golpe de estado. Faleceu em Portugal em 2009. (Lopes, 2012).

⁵ Abílio Augusto Monteiro Duarte, nascido em 16 de Fevereiro de 1931, na Cidade da Praia, ilha de Santiago. Fez estudos secundários na ilha de São Vicente no Liceu Gil Eanes. Em 1953 numa fase pré-partidária militou nas forças nacionalistas sob orientação de Amílcar Cabral. Foi militante do partido a partir de Setembro de 1956, tendo sido nomeado Delegado do partido em Abril de 1958 para mobilizar os cabo-verdianos no processo da independência. Em 1963 foi eleito Membro do Comitê Central do PAIGC. (Lopes, 2012).

nacional desses dois países foi quem teve essa tal ideia. Logo após a criação do PAIGC Amílcar Cabral passou a ser o Secretário-Geral do partido.

Naquele período começaram a surgir vários agrupamentos que queriam o fim do colonialismo no continente africano. Já tínhamos mencionado que havia outros movimentos pós-independência, mas no caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde o PAIGC tornou-se hegemônico em relação aos demais não dando a possibilidade de confrontos.

De acordo com Roselma Évora (2004) o PAIGC tinha alguns pontos centrais em sua agenda, dentre eles, a Independência Imediata e Total de Cabo Verde e da Guiné-Bissau; Unidade da Nação na Guiné e em Cabo Verde; a Unidade dos Povos da Guiné e de Cabo Verde; Unidade Africana; Regime Democrático, Anti-Colonialista e Anti-Imperialista; Independência Econômica, Estruturação da Economia e desenvolvimento da Produção; Política Internacional Própria, no Interesse da Nação, da África, da Paz e do Progresso da Humanidade.

De acordo com a mesma autora, o PAIGC tentou, por várias ocasiões, por vias diplomáticas a negociação com as autoridades portuguesas a fim de conseguir a tão desejada independência desses dois países, mas essas tentativas foram sempre fracassadas. A partir desses fracassos na negociação, as lideranças do PAIGC perceberam que seria difícil libertar esses dois países por vias diplomáticas foi então que decidiram seguir os passos de Angola e declarando guerra à Portugal. O PAIGC declarou a guerra no território guineense em 1963, foi a partir dessa data que se iniciou oficialmente a luta armada contra a metrópole. A decisão de se fazer a luta armada somente na Guiné-Bissau se deve a inexistência de condições geográficas propícias em Cabo Verde para que possa decorrer esse tipo de ação, como já mencionado. De acordo com Roselma Évora:

“[Em Cabo Verde não existiam condições físicas para se travar uma luta de guerrilha, os cabo-verdianos tiveram um papel importante na vitória do movimento nacionalista pois muitos deles que ingressaram no movimento fizeram ofensiva diplomática, buscando apoio político-militar para a independência dos dois países e desencadearam uma luta política forte nas ilhas por meio da elaboração de panfletos, que eram distribuídos na Guiné e em Cabo Verde, exigindo o direito à autodeterminação do povo guineenses e cabo-verdianos”. (ÉVORA, pg.59, 2004).

Conforme mencionamos anteriormente a respeito da inexistência de condições em Cabo Verde para que haja uma luta armada, Évora (2004) deixa claro que apesar do país não possuir condições geográficas para participar do movimento armado o povo cabo-verdiano teve um papel importante durante esse processo, seja no país seja no solo guineense. No país, porque desencadeou em todas as ilhas uma política muito forte capaz de incentivar e convencer o povo cabo-verdiano da importância do direito a autodeterminação do território. E no solo guineense porque muitos cabo-verdianos também participaram da guerra contra a metrópole portuguesa.

No início da luta, de acordo com Aristides Pereira (Lopes, 2012) o partido direcionava o seu trabalho para a formação dos guerrilheiros e a sua conscientização. No decorrer desse processo houve a necessidade de se colocar de lado alguns elementos considerados importantes para o avanço e o desenvolvimento da luta, a formação dos guerrilheiros, conscientização da população, o que mais necessitavam naquele momento eram armas.

Em 1961 o então Secretário-Geral do partido, Amilcar Cabral juntamente com Aristides Pereira se deslocou à Praga para tentar entrar em contato com as autoridades daquele país a fim de conseguirem as armas que julgavam necessárias. Houve muitas conversações até Amilcar Cabral conseguir um encontro com o Ministro do Interior Rudolf Barák. Depois de horas de conversas, como narra Aristides Pereira (Lopes, 2012), o então Ministro ficou convencido de que o PAIGC era um movimento de libertação, chegando mesmo a se comprometer a ceder armas ao PAIGC, mas para que isso pudesse prosseguir pediu à Amilcar Cabral um acordo com as autoridades da Guiné. Ao regressarem a Guiné-Bissau, de imediato entraram em contato com Sékou Touré⁶ expondo todo problema e este aceitou dirigir as instruções ao Ministério da Defesa para que pudessem liberar a entrada das armas.

⁶ Ahmed Sékou Touré, nasceu em Janeiro de 1922 em Guiné Conacri, na localidade de Faranah. Ahmed Sékou Touré Foi considerado um dos primeiros nacionalistas envolvidos na libertação do seu país. Em 1954 foi nomeado Secretário-geral da União dos Trabalhadores das Telecomunicações. Dois anos depois ele é nomeado Chefe da Reunião Democrática Africana (RDA), no mesmo ano participou de uma luta antifrancesa. Nos finais de 1957 Ahmed Sékou Touré era o vice-presidente do conselho executivo da Guiné Conacri. Em 1958 foi eleito Presidente da República da Guiné Conacri onde esteve no poder até o seu falecimento em 1984.

Os checos foram informados de imediato da liberação pela parte do Ministério da Defesa da Guiné, e o embaixador Checo entrou em contato com Sékou Touré para ter a confirmação do comunicado enviado a sua entidade através do PAIGC. Então foi dado prosseguimento ao processo de envio das armas, de acordo com Aristides Pereira (Lopes, 2012) as armas chegaram a Conakry em 1961, Amílcar Cabral partiu para fazer o levantamento mas isto não foi possível. Aristides Pereira (Lopes, 2012) narra que sempre que eles se dirgiam ao Ministério tentar levantar as armas havia uma desculpa. Em resumo as armas fornecidas pelos Checos não foram levantados pelos membros do PAIGC que acabaram por desistir delas.

Aristides Pereira (Lopes, 2012) sustenta que no que se referia à conscientização das pessoas o processo estava muito avançado, isto é, uma boa parte da população já estava conscientizada, o maior problema para o arranque da guerra era mesmo a falta de armas. Uma chacina⁷ ocorrida em Angola 4 de Fevereiro de 1962, acabou por apressar a ação direta do PAIGC na luta. Os angolanos alegaram que deveriam abrir uma outra frente em Bissau a fim de dispersar as forças portuguesas. Aristides Pereira afirma que houve uma discussão entre as forças do PAIGC e do Movimento para a Libertação da Angola (MPLA), mas o então Secretário-Geral do PAIGC alegou que ainda não havia as condições necessárias para que Guiné-Bissau pudesse entrar em guerra contra Portugal (Lopes, 2012).

A pressão era alta pela parte dos angolanos, estes avaliavam que o surgimento da segunda frente para aliviar a pressão e a atenção dos portugueses aos militantes angolanos seria importantíssima e viam o PAIGC como a única força que poderia criar desequilíbrio aos portugueses caso entrassem na guerra. Em agosto de 1962 Amílcar Cabral declarou a entrada em ação direta pela parte de Guiné-Bissau. As primeiras iniciativas tomadas, segundo narra Aristides Pereira, foram cortes dos fios de telefone, isolando assim Bissau do resto do país e também cortes das estradas impossibilitando a circulação das tropas portuguesas ao território da Guiné-Bissau. Aristides Pereira (Lopes, 2012) sustenta que de imediato Portugal percebeu o ocorrido e começaram por fazer algumas investidas pelas matas em busca de armas, ao constataram que estas não

7 Aristides Pereira menciona essa chacina ocorrida em Angola, mas em nenhum momento fez menção a quantas e quais pessoas foram mortas. Ele mencionou o fato para contextualizar um início rápido na luta, isto é, num período em que não estavam ainda delineadas/construídas todas as condições para iniciar a luta. (Lopes, 2012).

existiam começaram a reprimir de uma forma bem severa. Perante a inexistência de armas, Amílcar Cabral se deslocou ao Marrocos a procura das artilharia, onde entrou em contato com Mohamed V e depois de ter falado da situação em que o país vivia, aquele lhes concedeu as armas (Lopes, 2012).

O processo de luta armada começou apenas em 1963 como estava planejado pelo próprio Amílcar Cabral. Ele dividiu o território da Guiné-Bissau em espaços controlados e indicou alguns estagiários que estavam na China para se prepararem para a guerra. Os escolhidos eram o antigo Presidente da Guiné-Bissau Nivo Vieira, Rui Djassi e também Chico Mendes. Amilcar Cabral já os tinha instruído como atuar no ataque e na fuga aos portugueses.

Aristides Pereira (Lopes, 2012) sustenta que a guerra teve o seu fim após 25 de Abril de 1974, depois da revolução em Lisboa que derrubou o regime autoritário. O mesmo alega que depois do ocorrido os portugueses não queriam mais participar de qualquer ação contra as colônias. Finalmente em Setembro daquele ano foi proclamada a independência de Guiné-Buissau, após cerca de dez anos de luta armada entre o país e Portugal. Vale salientar aqui que embora Portugal tenha reconhecido setembro de 1974 como a data oficial da Independência da Guiné-Bissau para os Guineenses a data da Independência oficial é 1973 (Lopes, 2012).

Em 20 De Janeiro de 1973 Amílcar Cabral foi assassinado na Guiné-Bissau, antes de conseguir a tão desejada independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau, seu principal objetivo e que levou-o a participar na guerra. Segundo as palavras de Aristides Pereira a notícia não foi uma grande surpresa no seio dos militantes do PAIGC, uma vez que já haviam tentando mata-lo em Mandina do Boé, onde havia criado um Centro Político-Militar. Aristides Pereira sustenta que ele mesmo só ficou a saber do ocorrido no dia do velório de Amílcar Cabral. De acordo com Aristides Pereira foram os próprios guineenses quem assassinaram Amilcar Cabral. Uma das primeiras tentativas do assassinato foram descobertas e os implicados do processo foram fuzilados de imediato. Mas, logo que Amilcar Cabral chegou de uma viagem, sabendo do ocorrido disse: se chegarmos a esse ponto de nos matarmos uns aos outros e não dar avanço na luta pela independência do nosso país, eu vou desistir e deixo isso como está para que cada um possa virar como puder. Não seguirei a esse caminho. (Lopes, 2012)

No caso cabo-verdiano, em Junho de 1975, Aristides Pereira se deslocou a Portugal para tentar negociar a independência do país. Naquela altura Aristides Pereira já era o Secretário-Geral do PAIGC, tendo assumido o cargo depois do assassinato de Amilcar Cabral. Segundo as palavras do mesmo, em termos protocolares a visita a Portugal foi bastante complicada, ele não era o Chefe de Estado e o clima entre as partes e também entre as tropas portuguesas que estavam em Bissau era instável. Durante a estadia em Lisboa o então Secretário-Geral do partido afirma que sua principal preocupação era negociar o mais rápido possível a independência de Cabo Verde. Aristides Pereira afirma que em 25 de Agosto de 1974 foi assinado em Argel um acordo que reconhecia a possibilidade de Cabo Verde ascender a independência. Vale salientar aqui que o acordo assinado em Agosto de 1974 entre governo português e o PAIGC, Portugal reconhecia apenas a independência de Guiné-Bissau. Segundo os portugueses, no caso cabo-verdiano, ainda seria necessário fazer negociações. O procedimento da negociação entre Cabo Verde e Portugal demorou algum tempo, mas a partir do momento que foi alcançado o acordo, se instalou um governo de transição em Cabo Verde e de imediato entrou em vigor. (Lopes, 2012).

Segundo palavras de Aristides Pereira os portugueses estiveram reticentes quanto a independência de Cabo Verde. Na visita que fez à Lisboa Aristides Pereira sustenta que os portugueses mostraram que era preciso consultar o povo cabo-verdiano por meio de um referendo. De início o PAIGC não concordou com a proposta, primeiramente, porque consideravam o referendo um desrespeito, isto é, uma ofensa ao país, mas também porque poderia causar constrangimentos com algumas das colônias portuguesas como Angola e Moçambique. Contudo acabaram por aceitar, a consulta popular foi feita através da eleição da Assembleia Nacional. Aristides Pereira afirma que nessa eleição o resultado foi bastante satisfatório para o PAIGC. De acordo com Aristides Pereira:

“Da nossa parte não tínhamos medo do referendo. Ninguém, a não ser o PAIGC, conseguiu naquela altura o nosso nível de mobilização popular. Basta ver, se quiser, as fotos dos nossos *meetings*. O mar de gente que recebeu Pires e depois a minha recepção, por exemplo. O nosso problema com o referendo, além de considerá-lo desrespeitoso, era o efeito que isso poderia ter nas outras colônias, em especial Angola e Moçambique. É, neste particular, a pressão vinha da OUA para não aceitarmos o referendo. Nós não estávamos sozinhos na luta, é preciso não esquecer. Da mesma forma que os portugueses estavam sob pressão, nós também estávamos. Tanto assim que se

dependesse do Sékou Touré não haveria negociações. Vale resaltar aqui que Aristides Pereira não mencionou o motivo em que Sékou Touré não queria a negociação”. (LOPES, pg. 217, 2012).

De acordo com Roselma Évora (2004), os representantes do PAIGC e do governo português se reuniram em diversas ocasiões para acertarem o acordo da independência. Em 19 De Dezembro de 1974 foi assinado em Lisboa um acordo, no qual Portugal comprometeu-se em ceder a independência total à Cabo Verde num prazo de seis meses. Houve nessa data a promulgação de um decreto-lei (nº 754/74), em que foi nomeado um governo de transição, constituído por alguns ministros indicados pelo PAIGC e outros nomeados por Lisboa. A autora fez menção à nomeação dos ministros, mas, não indicou quantos membros faziam parte desse governo e tampouco quem foram os nomeados pelo PAIGC ou indicados por Portugal. Sustenta a mesma autora que caberia ao governo de transição criar condições necessárias e a legislação para a realização do recenseamento eleitoral em Cabo Verde com o objetivo de eleger uma Assembleia Constituinte (num prazo de noventa dias) e após aprovar a constituição seria declarada a independência de Cabo Verde. Criadas todas as condições propostas pelo governo português, em 5 de Junho de 1975 Cabo Verde se tornou independente.

Vale salientar aqui que, de acordo com Évora (2004), para a eleição da Assembleia Constituinte, ficou estabelecido que seria adotado o sistema proporcional nas eleições parlamentares. Foi também definido, de igual modo, que os emigrantes cabo-verdianos poderiam participar do sufrágio por meio de voto postal. Além disso, todos os cabo-verdianos maiores de 17 anos, ou que completariam 17 anos até 31 de Março de 1975, que eram residentes no território cabo-verdiano e com uma capacidade eleitoral ativa, poderiam se candidatar a Assembleia Constituinte.

O governo de transição estabeleceu por meio de decreto-lei (nº 203-A/75) que fora do território cabo-verdiano não haveria círculos eleitorais. Os eleitores não residentes não poderiam apresentar a candidatura, mas poderiam exercer o direito ao voto. Um deputado só seria eleito se conseguisse um total de 3000 mil votos dos eleitores inscritos. Houve um total de 121724 mil inscritos para a eleição da Assembleia Constituinte, 105505 mil votantes, foram eleitos 56 deputados nos 24 círculos eleitorais. A única força política a apresentar candidaturas foi o PAIGC que governou o país sem a participação de outras forças políticas, até 1980.

Em 1980 houve uma cisão entre os dirigentes cabo-verdianos e guineenses e os primeiros deram um novo nome à antiga sigla o PAIGC, criando o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). A ideia de criar um partido separado da Guiné já estava sendo estudada há algum tempo devido a problemas ocorridos naquele país e que culminaram em um golpe de estado. A decisão pela criação do novo nome (PAICV), de acordo com Aristides Pereira, partiu de Pedro Pires, o primeiro primeiro-ministro no governo do PAICV. O Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) permaneceu no poder até 1990, quando terminou o regime de partido único que durou quinze anos e foi instituído logo após a independência (Lopes, 2012).

De acordo com Arceolinda Ramos (2012) o PAICV, durante o período em que esteve no poder, tentou incentivar a participação popular por meio de organizações civis, para reforçar o seu poder e legitimidade no país. A autora destacou algumas dessas organizações: União Nacional dos Trabalhadores Cabo-Verdianos-Central Sindical (UNTC-CS), Juventude Africana Amilcar Cabral (JAAC-CV), Organização dos Pioneiros Abel Djassi de Cabo Verde (OPAD-CV) e a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Ainda de acordo com Ramos, os congressos realizados pelo partido, após 1981, tinham como principal foco, o reforço do papel dirigente do partido face ao Estado, a fim de puder conseguir o apoio da sociedade civil com a sua integração nas chamadas organização de massas.

De acordo com Évora (2004) o Estado que surgiu em Cabo Verde logo após a independência do país nasceu com características autoritárias. A autora alega isto devido às negociações que houve entre Portugal e Cabo Verde onde ficou explícito, que a soberania cabo-verdiana havia sido entregue a um regime de partido único controlado pelo PAIGC. Évora (2004) sustenta que o Conselho Superior da Luta do PAIGC através de um comunicado no Boletim Oficial nº 1 de 5 de Junho de 1975 deixou explícito que o partido era a única força dirigente da sociedade cabo-verdiana e somente graças a atuação deste foi possível a independência.

De acordo com a autora acima citada, através da Lei Sobre a Organização Política do Estado (LOPE), que foi publicada em Julho de 1975, nota-se claramente alguns artigos que mostram que o regime no país na altura era caracterizado como um

regime monopartidário.⁸ Vale ressaltar aqui que a LOPE funcionou como uma espécie de Constituição no país até Setembro de 1980, quando foi aprovada a primeira Constituição de Cabo Verde.

Évora (2004) cita alguns artigos da LOPE que comprovam o caráter autoritário do regime cabo-verdiano. No artigo primeiro, segundo a autora, se afirma: “a soberania do povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao PAIGC, que é a força política dirigente na nossa sociedade”. (ÉVORA, Pg. 69.70, 2004). A mesma autora mencionou os artigos 8º e 13º que reconhecia “à Assembleia Nacional Popular como o único órgão com capacidade de eleger o Presidente da República, que seria o chefe do Estado e o Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, como também o Primeiro Ministro, que seria eleito pela ANP por proposta do chefe do Estado”. (ÉVORA, Pg. 70, 2004). Évora (2004) afirma também que as características do autoritarismo adotados pelo PAIGC logo após a independência foram institucionalizadas na Constituição de 1980. Prova disso foi o artigo 4º que havia implementado na LOPE e que continuou na nova Constituição e reconhecia o PAICV como a única força política dirigente da sociedade e do Estado cabo-verdiano. Ao se referir sobre as características do monopartidarismo em Cabo Verde, a autora assevera:

“O regime monopartidário em Cabo Verde deve ser considerado como um regime com características autoritárias e não totalitárias como muitas vezes é classificado por alguns analistas cabo-verdianos, porque, baseando-nos nas tipologias usadas por Bobbio (1993), percebemos que o regime monopartidário do PAIGC/CV usou os meios tradicionais do poder coercivo. O partido exercia controlo sobre o exército, a polícia, a burocracia e a magistratura e, exceptuando-se esses pontos, não tinha uma grande capacidade de propaganda, tampouco de penetração no tecido social como nos regimes com características totalitárias” (ÉVORA, Pg. 73.74, 2004).

8 A Lei Sobre a Organização Política do Estado (LOPE) foi criada após a independência de Cabo Verde em 1975 e funcionou como uma constituição provisória. Ela continha 23 artigos, e praticamente nenhuma parte relativa aos direitos fundamentais. A princípio esta lei deveria funcionar por apenas três meses, isto é, até a Assembleia Nacional Popular elaborar a constituição do país recém independente. Mas, a LOPE acabou por vigorar até 1980, ano da publicação da primeira constituição da República de Cabo Verde. (ÉVORA, 2004).

No ponto a seguir faremos uma análise detalhada da abertura política em Cabo Verde que teve o seu início em 1990 e de imediato culminou na transição política do regime monopartidário para o multipartidarismo.

1.2. A Abertura Política em Cabo Verde

O final da década de oitenta e início dos anos noventa do século XX foram marcados por grandes transformações políticas que se traduziram em processos de transição de regimes autoritários rumo a democracia. Esses processos se concentraram particularmente em países do Leste Europeu, América Latina e África. Huntington (1994) cunhou a expressão “Terceira onda de Democratização” para designar tais transformações que começaram com o movimento de 25 de Abril de 1974 em Portugal, quando um golpe de Estado pôs fim à ditadura de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano. (Évora, Pg. 13. 2004).

De acordo com Fafali Koudawo (2001), o processo abertura política em Cabo Verde foi conduzido em pouco tempo, mas resultou numa grande densidade de transformações que resultaram na criação das condições necessárias e legais para a abertura, segundo o autor isto tudo ocorreu no espaço de um ano. Koudawo (2001) afirma que as negociações para a transição política em Cabo Verde tiveram altos e baixos, fases de bloqueio e de aceleração. O autor ainda sustenta que apesar disso havia lealdade entre os atores da transição e o ambiente nacional sempre favorável ao debate das ideias.

Nesta mesma linha de pensar, Costa (2001) sustenta que a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo desenrolou-se num clima “normal” e as negociações se desenvolveram de uma forma tranquila e foram debatidas questões como, o calendário das eleições legislativas (13 de Janeiro de 1991), propostas de lei sobre os partidos, houve acordo sobre a eleição direta do presidente da república (17 de Fevereiro de 1991), sobre os números de deputados, condições ou os requisitos para a formação dos partidos.

Roselma Évora (2004) faz menção a liberalização econômica ocorrida em 1988, e afirma no mesmo período poderia ter ocorrido a abertura política, e o PAICV seria o

vencedor das eleições, mas não foi o que ocorreu. Na verdade demoraram algum tempo para tomar alguma decisão em relação à abertura política, acabaram por se perder dois anos em hesitações, o partido não levou em consideração o grupo que queria a abertura e via esta como uma ameaça política. Como não havia manifestações pensavam que não era necessária a abertura política e conectaram o silêncio da população como a aprovação do regime e este foi um dos grandes erros do PAIGC. A razão do silêncio é que não havia condições legais e institucionais para a resolução dos conflitos e das divergências ideológicas. A decisão de se fazer a abertura partiu de cima para baixo, isto é, do próprio PAICV (Évora, 2004).

De acordo com Évora (2004) a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo foi tomada pelos dirigentes do partido por causa da preocupação com as mudanças que estavam a ocorrer no Leste da Europa e pela violência que estava a acontecer na África contra os regimes de partido único. O partido fez um balanço da independência e verificou que havia fracassado na ligação entre o poder e o Estado, isto é, havia falta de controle da sociedade sobre o poder e ausência de circulação da elite dirigente. Como Cabo Verde dependia muito da ajuda externa e o “mundo exterior” estava em mudança, o partido sentiu-se obrigado a abrir as portas ao multipartidarismo, como forma de trazer desenvolvimento a Cabo Verde. Vale salientar aqui que apesar da dependência do Estado de Cabo Verde da ajuda externa, não houve, por parte de qualquer país doador, a exigência de abertura política. Pedro Pires que na altura era o primeiro-ministro de Cabo Verde, justifica isso pelo fato de que em Cabo Verde não havia níveis altos de corrupção, se verificavam bons indicadores sociais quando comparado a outros países africanos e de não haver um regime com fortes violações aos direitos humanos, como acontecia em outros países africanos, Évora (2004).

A mesma autora afirma que em Fevereiro de 1990, o Conselho Nacional do PAICV declarou a intenção de fazer a mudança do regime de partido único para um sistema multipartidário. Em Março do mesmo ano surgiu o Movimento para Democracia (MpD) que fez uma declaração política e reivindicou eleições livres, liberdade sindical, o direito à greve, a separação entre os poderes dentre outros direitos e garantias. O MpD foi fundado por um grupo de “trotskistas”, que haviam sido expulsos do PAIGC/CV em 1979 aliado a um grupo de pessoas que militavam na clandestinidade em Portugal e que havia se posicionado contra o fechamento da circulação do sistema que o PAIGC implementou.

Os dirigentes do PAICV viram que a mudança política era inevitável sendo necessária a implantação de um regime democrático. A abertura política foi oficializada em Setembro de 1990, quando a Assembleia Nacional Popular (ANP), numa convocação extraordinária, removeu o artigo 4º da Constituição que reconhecia o PAICV como a única força política dirigente no país.

De acordo com Costa (2001) foram instituídas uma série de alterações institucionais como leis do regime jurídicos dos partidos, lei eleitoral para eleição do Presidente da República, reconhecimento do direito de antena e de respostas dos partidos entre outras. Desta forma foram criadas as condições básicas para a formação de outros partidos e a separação entre os poderes legislativos e executivos baseados na constituição de 1980.

Segundo Évora (2004) para as primeiras eleições livres e democráticas, o território nacional foi dividido em 20 círculos eleitorais, a grande novidade para o sistema eleitoral cabo-verdiano foi a introdução dos círculos eleitorais no estrangeiro. Esta introdução de três novos círculos eleitorais – (África, América, Europa) para eleger 79 deputados à Assembleia Nacional.

Na eleição livre realizada em 13 de Janeiro de 1991 o Movimento para Democracia (MpD), saiu vencedor com uma maioria qualificada, 62.5 % dos votos, conquistando 56 lugares no parlamento de um total de 79 cadeiras disponíveis. Nas eleições presidenciais, António Mascarenhas Monteiro apoiado pelo MpD foi vencedor com 73% dos votos contra os 27% do candidato apoiado pelo PAICV, Aristide Pereira.⁹

Sobre esses resultados eleitorais Roselma Évora (2004) afirma:

“Levando-se em conta os números e os resultados dessas primeiras eleições, percebemos que, quer nas legislativas e autárquicas, quer nas presidenciais, a maioria dos eleitores votou por mudança, e por isso escolheram os candidatos que faziam oposição ao PAICV. A vitória da oposição em Cabo Verde vai ao encontro da tese defendida por Huntington (1994), segundo a qual a perda das eleições pelos antigos dirigentes autoritários está ligado à perda da legitimidade desses. Os votos da oposição são votos de protesto e, por isso, os candidatos e os partidos ligados ao regime anterior tiveram péssimo

9 Esses dados foram disponibilizados pelo: Boletim Oficial, II Série, quarta-feira, 27 de Dezembro de 1995.

desempenho e foram surpreendidos pela vitória da oposição. A alternância política, nesses casos, foi seguida por muita euforia por parte da população que desejava a liberdade”. (Évora, pg.59, 2004).

Podemos afirmar que a abertura política em Cabo Verde, foi um processo que decorreu num período de tempo muito curto, conforme já indicado. De uma forma bem simples podemos definir as etapas da transição política em Cabo Verde da seguinte forma: 1) 1990: i) a Comissão Nacional do PAICV se declarou a intenção da abertura política; ii) surgimento do MpD; iii) IV congresso extraordinário do PAICV; iv) queda do artigo 4º e de seguida a criação das leis para a eleição pluripartidária em Cabo Verde. 2) 1991 realização das primeiras eleições pluripartidárias no país. Em seguida faremos uma breve análise do sistema eleitoral em Cabo Verde, adotado após a transição, tendo como base ao trabalho de Costa (2001) e Évora (2013).

1.2.1. Sistema Eleitoral

De acordo com Évora (2013) Cabo Verde possui um regime democrático que nasce da preservação do sistema eleitoral proporcional, utilizando o método D’Hondt, para a Assembleia Nacional. Devemos ressaltar aqui que a revisão do código eleitoral que houve em 2010 dotou o arquipélago com um total de 22 círculos eleitorais para eleger 72¹⁰ deputados que constituem a Assembleia Nacional. Mas vale salientar que treze dos 22 círculos eleitorais só elegem dois deputados.

No caso dos círculos no exterior (África, América e a Europa), estes elegem seis deputados, e representam as comunidades emigradas. Santiago é o maior círculo eleitoral do país, elege dezenove deputados, o segundo é a ilha de São Vicente que elege onze deputados. Outro aspecto que a autora menciona é o fato da Constituição democrática cabo-verdiana atribuir aos partidos políticos o monopólio da representação, não existem candidatos avulsos nas eleições parlamentares, que adota o sistema de lista

10 Anteriormente havíamos mencionado que nas eleições de 1991 houve a eleição para 79 deputados para a composição do parlamento cabo-verdiano. Acima mencionamos a eleição de 72 deputados, essa diferença se explica pela diminuição dos círculos eleitorais no país.

fechada e bloqueada. Portanto, o eleitor não pode acrescentar nomes, tampouco alterar a ordem dos candidatos apresentada pelos partidos. (Évora, in Sarmiento e Costa, 2013).

Évora (2013) sustenta que “a opção por um sistema eleitoral proporcional com uso do método D’Hondt e lista fechada e bloqueada acaba por causar implicações práticas na definição do sistema partidário em Cabo Verde e, por conseguinte com a implicação na governabilidade do país”. De acordo com a autora:

“A literatura reconhece que a diversidade dos sistemas eleitorais, quer majoritário, quer proporcionais, vigentes em vários países, depende de certos parâmetros que acabam por ter implicação direta no sistema paritário e no processo de formação do governo. Assim, a fórmula eleitoral utilizada, a magnitude dos círculos eleitorais, a barreira eleitoral, o número total dos membros a eleger para a Assembleia, a influência das eleições presidenciais sobre as eleições legislativas, o grau de desproporcionalidade e os vínculos eleitorais interpartidárias são variáveis que influenciam o resultado das eleições e a governabilidade de um país”. (ÉVORA, in SARMENTO e COSTA, 2013:238).

Costa (2001) em seu estudo sobre o sistema eleitoral e partidário cabo-verdiano, afirma que “a conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional D’Hondt de maiores médias”, conforme consta no artigo 16º do Código Eleitoral de 1995. Afirma o autor que este sistema é visto como sendo aquele que promove os resultados mais proporcionais para a representação política em relação aos outros dois sistemas, o pluralista e o majoritário. Quanto à eficácia do sistema de representação proporcional Costa (2001) alega:

“O sistema de representação proporcional pode ser mais ou menos eficaz nos seus propósitos, dependendo da combinação do método usado para a alocação de cadeiras, com a magnitude dos círculos eleitorais e com o grau de clivagem social”. (Costa, 2001:281).

O autor afirma que o sistema de representação cabo-verdiano por vezes se contradiz nos termos e acaba mesmo por estabelecer barreiras elevadas na maioria dos círculos eleitorais. O método D’Hondt acaba sempre por favorecer os grandes partidos,

fica evidente que em Cabo Verde os pequenos partidos são sempre penalizados (COSTA, 2001).

O apoio à democracia em Cabo Verde se tem notado com um aumento significativo da preferência da população pelo regime democrático, isto podemos encontrar nos estudos elaborado pelo Frobarômetro. De acordo com os *surveys* realizados, desde 1999, pelo Afrobarômetro podemos ver uma clara preferência e aceitação pelo regime democrático vigente no país. Meyns (2002) e Ames (2007) consideram que Cabo Verde tem uma democracia consolidada, segundo estes autores o país tem cumprido com sucesso aquele que é considerado importante para um Estado de Direito Democrático que é a chamada transferência de voto, isto é, a alternância do poder mediante eleições. Meyns (2001) vai na direção do argumento de Huntington (2004) que considera a tese de transferência de voto como um dos critérios centrais da consolidação democrática. Sobre esse tema Huntington (1994) argumenta:

“Uma democracia pode ser considerada consolidada quando o partido ou grupo que toma o poder na eleição inicial, no momento da transição, perde a eleição seguinte e passa o poder para os vencedores, e quando tais vencedores pacificamente passam o poder para os vencedores da eleição seguinte. A seleção de governantes através de eleições é o cerne da democracia só é real se os vencedores estão dispostos a deixar o poder como resultado das eleições. Muitas vezes a primeira mudança eleitoral tem significado simbólico”. (HUNTINGTON, 1994: 261).

De acordo com o que mencionamos no parágrafo acima acerca da transferência de voto, no caso cabo-verdiano o exemplo mais nítido foram as eleições de 2001, onde houve a transferência de poder do partido que venceu as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde e que esteve a governar o país durante dois mandatos consecutivos (1991 e 1995). Houve a transferência de voto num clima pacífico dando origem a uma nova elite política que assumiu o poder em Cabo Verde. Sobre esse tema Évora (2013) afirma:

“A tese de transferência de voto torna-se relevante por traduzir um aspeto da institucionalização do regime democrático por estar diretamente ligada à aceitação das regras do jogo de competição política pelos atores, condição primordial para garantir a formação do governo. É neste sentido que a elite

política desempenha um papel importante e pode contribuir para favorecer ou não a institucionalização do sistema democrático. (ÉVORA, in SARMMENTO e COSTA, 2013:240).

Cabo Verde é um país muito jovem no que diz respeito ao sistema democrático, como já mencionamos a abertura política se deu em Janeiro de 1991 quando das primeiras eleições. As primeiras eleições foram ganhas pelo então recém criado Movimento para Democracia (MpD) que esteve no governo durante dois mandatos. Em 2001 o PAICV voltou ao governo, por três mandatos. Nas eleições realizadas em Março de 2016 o MpD ganhou novamente as eleições. Esses resultados mostram que existem alternância de poder e que as elites políticas cabo-verdianas sempre aceitam de uma forma pacífica as derrotas e vitórias de seus oponentes. É um país que em termos das democracias africanas está entre os primeiros.

Capítulo 2 – O debate teórico sobre a institucionalização de sistemas partidários: dimensões e variáveis explicativas

Neste capítulo, tendo em conta a proposta de trabalho mostramos que a consolidação do bipartidarismo em Cabo Verde é um dos aspetos centrais para o processo de institucionalização do sistema partidário no país. O objetivo é contextualizar a produção académica acerca do tema institucionalização como forma de melhor entender o processo de institucionalização do sistema partidário em Cabo Verde.

No que se refere ao sistema partidário Cabo-verdiano, segundo aparições de Costa (2001) no país em estudo a baixa magnitude média que em combinação com a fórmula d'Hondt acaba por contribuir para uma concentração tanto eleitoral com parlamentar nos dois principais/grandes partidos e por conseguinte leva uma desproporção no que se diz respeito as cadeiras parlamentares entre estes dois partidos, o Partido africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para Democracia (MpD). De acordo com o autor esse fato advém também de um alto custo eleitorais para com os partidos pequenos, sendo assim esses fatores segundo (Costa, 2001) acaba por favorecer a ocorrência de um sistema bipartidário.

O autor chama atenção em relação a configuração da estrutura social cabo-verdiana, deixando claro que este também tem o seu papel na configuração do sistema partidário do país, o autor afirma isto, pelo fato de que Cabo Verde é possuidor de uma magnitude média dos círculos eleitorais baixa e uma sociedade altamente homogénia. De acordo com (Costa, 2001), a sociedade cabo-verdiana teve apenas uma clivagem importante na vida política – a clivagem sócio-econômica que por sua vez dericiona por um resultado de baixa fragmentação do sistema partidário no país.

Por fim, salienta (Costa, 2001) que a existência de um sistema proporcional impuro em Cabo Verde acaba por promover um quadro em todas as eleições de um tendência (bi) partidária.

Para começarmos a abordagem a cerca da institucionalização, podemos realçar que o conceito de institucionalização não é recente e tem-se alterado ao longo de tempo, o seu precursor é o estudioso Samuel P. Huntington (1965, 1968) que define institucionalização como “processo pela qual organizações e procedimentos adquirem

valor e estabilidade”. (HUNTINGTON, 1968, p. 12). A noção de institucionalização começou a ganhar importância na ciência política quando Huntington afirmou que a modernização econômica e social não levaria, necessariamente, países em via de desenvolvimento à democratização. Essa noção se chocou com o pensamento de alguns cientistas políticos que, nos anos de 1960, apontavam que a modernização econômica e social levariam à democratização. Huntington (1968) alega que a modernização tanto social como econômica não trariam democracia, mas sim, poderia proporcionar um “colapso” das instituições nas sociedades em mudanças. Postas estas alegações, Huntington (1968) acabou por introduzir uma inovação analítica neste campo, ao questionar a ideia de uma relação direta entre desenvolvimento social e econômico e democracia.

Segundo o pensamento de Huntington (1968), as sociedades em mudança se caracterizariam pela instabilidade social e política. Ainda de acordo com o autor, a ampliação da população urbana, o acesso às informações e aumento da escolaridade acabariam por tornar mais mobilizados politicamente os grupos sociais. Nesse cenário as instituições vigentes se tornariam mais eficazes para corresponder de uma forma satisfatória as demandas da população.

Huntington (1968) propôs quatro dimensões básicas para se definir a noção de sistema: adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência. Segundo ele, este modelo possui uma vantagem, a partir do momento que se consegue medir e identificar estes critérios, pode-se igualmente comparar os sistemas políticos em termos dos seus níveis de institucionalização. Também é possível mensurar o aumento e a queda dos níveis de institucionalização.

Quanto a primeira dimensão – adaptabilidade - está permite indicar resistência aos desafios e tempos. Esta é operacionalizada através da idade cronológica e também da troca geracional de lideranças dentro dos partidos. Huntington (1968) alega que este critério é o mais simples, em termos da mensuração bastaria a verificação da idade cronológica dos partidos e também a sua sobrevivência às mudanças geracionais. A segunda dimensão – a complexidade - indica que quanto mais complexa uma organização, mais adaptável esta será. Esta dimensão é operacionalizada através de número e variedade de subunidades e também da presença territorial de organizações. A terceira dimensão – autonomia - é a liberdade que o partido tem/goza em relação a

influência das instituições externas. Quanto ao meio de operacionaliza-la o autor não apresentou e mesmo acontece com a última dimensão. Por último temos a quarta dimensão – coerência -, Huntington partilha a ideia de que quanto mais coerente for uma organização mais institucionalizada será.

A partir dos anos noventa surgiram outros estudos sobre institucionalização com um enfoque centrado nos partidos e nos sistemas de partidos acabando por trazer novas contribuições e mudanças tanto nas dimensões antes propostas por Huntington como na maneira de operacionaliza-las. No que se refere aos estudos relacionados aos partidos temos autores como Panebianco (1988) e Randall e Svasand (2002). Relativamente aos estudos sobre sistemas partidários temos os estudos de Mainwaring e Scully (1995), Mainwaring (1998 e 1999), Kuenzi e Lambright (2001 e 2005), Lindberg (2007), Mainwaring e Torcal (2007) entre outros.

Mainwaring e Scully (1995) introduziram no campo da ciência política um novo modelo para mensurar o processo de institucionalização dos sistemas partidários, caracterizado por quatro dimensões: estabilidade dos padrões de competição interpartidária, enraizamento dos partidos na sociedade, legitimidade das eleições e organização partidária. Cada uma dessas dimensões deveria ser mensurada utilizando alguns indicadores que serão informados e analisados mais adiante. Os dois autores acima citados fizeram um estudo comparado de doze países da América Latina: Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Colômbia, Costa Rica, Chile, México, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela, utilizando as dimensões mencionadas para mensurar o grau de institucionalização do sistema partidário e as suas implicações para a análise da política na América Latina.

Mainwaring e Scully (1995) partiram de quatro suposições/argumentos quanto aos países em análise. A primeira suposição segundo estes dois autores – a diferença mais crítica entre os sistemas partidários da América Latina centra-se em saber se os sistemas partidários destes países são ou não institucionalizados. No que se refere aos sistemas partidários institucionalizados Mainwaring e Scully (1995) sustentam:

“Un sistema de partidos institucionalizado implica estabilidad en la competencia entre partidos, la existencia de partidos que tienen raíces más o menos estables en la sociedad, la aceptación de los partidos y de las elecciones como instituciones legítimas que deciden quién gobierna, y la existencia de organizaciones de partidos que funcionan sobre la base de

reglas y estructuras razonablemente estables". (Mainwaring e Scully, p. 91, 1995).

A segunda suposição é que existam segundo estes dois autores, grandes diferenças no grau de institucionalização de sistemas partidários latino-americanos, países nos quais institucionalização é muito fraca e outros que possuíam um sistema partidário bastante institucionalizado. No que se refere aos países com sistemas competitivos e institucionalizados os dois autores deram exemplos de países como a Venezuela, Costa Rica, Chile, Uruguai, Colômbia. A Argentina estaria na mesma categoria dos países acima mencionados, mas com um grau menor de institucionalização em relação ao restante. Em relação aos países com sistemas partidários menos institucionalizados foram destacados os casos de Peru, Bolívia, Brasil e Equador. Os autores afirmam que México e Paraguai possuem uma categoria residual ou os chamados sistemas de partidos de transição hegemônicos.

O terceiro argumento de Mainwaring e Scully (1995) é que a institucionalização dos sistemas partidários é um meio importante para se verificar o processo de consolidação democrática. A existência de sistemas de partidos institucionalizados marcará o funcionamento da política democrática afirmam Mainwaring e Scully. Os dois autores alegam que é difícil compreender a democracia moderna de massa sem sistemas de partidos institucionalizados e que a natureza dos partidos possui consequências importantes para a política democrática. Os partidos políticos criam possibilidades para uma democracia estável, uma investida na legitimidade e que resultarão em uma política eficaz.

Por fim, o quarto argumento, são as condições que os sistemas partidários institucionalizados devem cumprir. O primeiro e talvez a mais importante sugere estabilidade nas regras e na natureza da competição entre os partidos e estes por sua vez devem manter certa regularidade e longevidade. Os dois autores alegam que podemos encontrar regiões que podem aparecer/surgir partidos importantes, mas que estes podem desaparecer, esta não é uma característica de sistemas de partidos institucionalizados. A segunda condição é que os partidos mais importantes devem possuir raízes fortes na sociedade. Nas regiões em que partidos criam raízes estáveis na sociedade a maioria dos eleitores sentem-se ligados aos seus partidos e votam regularmente em seus candidatos.

Em terceiro lugar, em um sistema de partidos institucionalizados, num regime democrático, os principais atores políticos atribuem legitimidade ao processo eleitoral e aos partidos. As elites políticas baseiam suas condutas na expectativa de que as eleições serão o meio pela qual podem chegar ao governo e desempenhar suas funções. Mainwaring e Scully (1995) alegam que nos sistemas de partidos institucionalizados os partidos são considerados como atores-chave na determinação do acesso ao poder. Por fim, de acordo com os dois autores, em um sistema de partidos institucionalizados os partidos não podem estar subordinados aos interesses dos líderes ambiciosos e devem adquirir um estatuto e valores próprios. Segundo pensamento de Mainwaring e Scully (1995) o maior sinal da institucionalização é quando as estruturas estão firmemente estabelecidas, territorialmente extensas, bem organizados e dotados de recursos próprios.

Para Mainwaring e Scully (1995) o grau de institucionalização de sistemas partidários têm consequências de longo alcance e a valorização do grau de institucionalização é o primeiro passo para classificar um sistema partidário. Por esta razão, alegam os dois autores, que mais do que categorizar os sistemas de partidos da América Latina tendo como prioridade o número de partidos, o grau da institucionalização é visto como o ponto principal para comparar estes sistemas latino-americanos. Mainwaring e Scully (1995) acreditam que o número de partidos poderia ser apropriado para a comparação de sistemas partidários da América Latina se todas fossem institucionalizados. Os autores afirmam que classificar os sistemas partidários latino-americano tendo como base apenas o número de partidos acaba por produzir resultados enganosos, isto porque, nem todos os sistemas partidários destes países são do mesmo gênero.

Mainwaring e Scully (1995) ofereceram quatro dimensões/critérios que permitem uma análise comparativa da institucionalização nos países acima citados: estabilidade nos padrões de competição entre partidos, raízes forte na sociedade, legitimidade conferida pelos atores políticos aos partidos e por último a continuidade organizacional.

No que se refere a primeira dimensão – estabilidade nos padrões de competição entre partidos, Mainwaring e Scully (1995) defendem a regularidade nos padrões da competição entre os partidos. Os dois autores alegam que esta dimensão é fácil de se

medir ao comparar mediante o índice de volatilidade eleitoral criado por Pedersen (1979). Para o Pedersen (1979) o índice da volatilidade é a transferência agregada de votos de um partido para o outro entre duas eleições consecutivas .

Segundo Bohn e Paiva (2009) “na literatura, a volatilidade eleitoral é utilizada para mensurar os padrões de variação do apoio eleitoral às ofertas do sistema partidário” (BOHN e PAIVA, p. 188, 2009). Afirmam as duas autoras que o índice de volatilidade mede a oscilação das preferencias eleitorais agregadas em dois pares de eleições consecutivas, permitindo assim saber/perceber como está o apoio ao sistema partidário, estável ou não, ao longo do tempo. Sendo assim, quanto mais baixa for a volatilidade eleitoral mais institucionalizado será o sistema. (Bohn e Paiva, p. 189, 2009).

Mainwaring e Scully (1995), analisando períodos eleitorais em doze países latino-americanos, verificaram mudança diferenciada da volatilidade nas eleições legislativas. No período compreendido entre 1978 a 1962 a Colômbia tinha uma taxa de volatilidade de 3%, enquanto que Peru entre 1980 a 1985 possuía uma taxa de 62.5%. Também o Paraguai, a Bolívia, o Equador e o Brasil fazem parte dos mais voláteis nesse grupo de análise. Alegam Mainwaring e Scully (1995) que em comparação com as democracias industriais avançadas cinco dos doze países em análise possuem uma volatilidade eleitoral extremamente alta. Afirmam os mesmos que o modelo de competição entre os partidos são bastante estáveis na Uruguai, Colômbia e Venezuela. Chile, Costa Rica e Argentina são moderadamente estáveis, o mais instável seria o México.

De acordo com Sanches (2013) “onde a volatilidade eleitoral e legislativa for mais baixa, os resultados eleitorais são mais estáveis de eleição para eleição e onde os níveis de volatilidade forem mais elevados, os resultados são mais irregulares, ou seja, o mercado eleitoral é mais aberto e imprevisível, podendo existir uma rápida ascensão e queda de partidos políticos. Similarmente, onde a percentagem de votos em novos partidos for maior, maior será a permeabilidade do sistema partidário e menor será o grau de institucionalização de sistema partidário”. (Sanches, in SARMENTO E COSTA, 2013:257).

Mainwaring e Zoco (2007), alegam que a volatilidade eleitoral tende a ser mais alta nas chamadas democracias de “terceira onda” Huntington (1994). Nesse estudo, examinaram o porquê algumas democracias e semi-democracias desenvolvem sistemas

partidários estáveis e outras não, bem as razões pelas quais alguns sistemas possuem altos níveis de volatilidade eleitoral e outros não. De acordo com os dois autores mencionados a descoberta de maior relevância e importância em seu estudo é que regimes competitivos inaugurados em períodos industriais têm níveis da volatilidade mais baixos que as democracias mais recentes, as novas democracias.

Mainwaring e Zoco (2007) têm como referência um período de tempo mais prolongado do que o trabalho anterior de Mainwaring e Scully (1995). De acordo com Mainwaring e Zoco (2007) este período de tempo mais abrangente permite aprofundar e aprimorar a explicação da relação entre estabilização da competição eleitoral, institucionalização e democracia. Os autores afirmam que seu estudo é a primeira análise amplamente regional da volatilidade eleitoral pois baseiam-se nos dados de 47 países e também com uma maior variação sobre a variável dependente (volatilidade eleitoral), (Mainwaring e Zoco 2007).

Por fim como forma de conclusão os dois autores alegam que a criação de um sistema estável de partidos têm consequências importantes para a política democrática. No entanto, afirmam Mainwaring e Zoco (2007) que a questão de porque alguns regimes políticos competitivos desenvolvem sistemas partidários estáveis, enquanto outros não tem recebido pouca atenção no campo da ciência política. A temporização e sequência de formação de regimes democráticos e partidos são variáveis explicativas críticas. O argumento do tempo é que os cidadãos em novas democracias tendem a ser menos vinculados às organizações políticas democráticas quando comparamos com as democracias de primeira e segunda ondas. No entanto, Mainwaring e Zoco (2007) partilham da ideia de que a elevada volatilidade de muitos sistemas democráticos de terceira onda têm consequências preocupantes na representação programática e provavelmente para a estabilidade democrática.

O segundo critério proposto por Mainwaring e Scully (1995) é que os partidos devem criar raízes estáveis na sociedade. De acordo com os dois autores, enquanto a primeira dimensão tem como foco estabilidade e a competição entre os partidos, esta segunda centra-se na relação entre os partidos e os cidadãos bem como os interesses organizados. As duas dimensões estão interligadas, mas podem caminhar separadas. De acordo com Mainwaring e Scully (1995) nos países onde existe maior regularidade da

votação nas eleições, cidadãos tendem a apoiar os mesmos partidos de uma eleição para a outra, a chance de encontrar os chamados eleitores “flutuantes” tende a ser menor.

Mainwaring e Torcal (2007), argumentam que os principais motivos que levam os indivíduos a terem fidelidade aos partidos e por consequência a criarem raízes fortes na sociedade, estão intimamente ligados a existência de vínculos ideológicos ou programáticos estabelecidos entre eleitores. Os dois autores utilizaram “modelos espaciais do voto” para demonstrar como os indivíduos acabam por desenvolver ligações com os partidos, conformem afirmam abaixo:

“A competição espacial não ocorre necessariamente ao longo de uma dimensão econômica esquerda-direita, mas ainda pressupõem que os eleitores escolhem um partido ou candidato com base na ideologia, que serve de atalho para a decisão eleitoral. Nessa teoria, os indivíduos desenvolvem ligações com partidos porque acreditam que esses partidos defendem melhor os seus interesses. A explicação desses autores [Hinich e Munger, 1994] sobre por que um grande número de indivíduos adere a partidos gira em torno da congruência ideológica entre eleitores e seus partidos preferidos” (Mainwaring e Torcal, 2007, p.261).

Mainwaring e Scully (1995) partilham da ideia de que a diferença de votos entre eleições presidenciais e legislativas proporcionam informações importantes para avaliar o grau de estabilidade e penetração dos partidos na sociedade. Os estudiosos alegam que em sistemas onde os partidos são atores chave na formação de preferências dos eleitores, as diferenças de votos entre o executivo e o legislativo tendem ser baixas. Neste sentido, os eleitores determinam seus votos a partir dos rótulos oferecidos pelos partidos que acabam por estruturar as escolhas eleitorais e consequentemente por criar lealdades e vínculos com os eleitores.

Segundo Mainwaring e Scully (1995) apesar da ausência de dados que permitam uma comparação direta entre os dozes países analisados em seu estudo, há casos em que os partidos ganharam apoio significativo dos cidadãos. Eles citam como exemplo: Uruguai, Costa Rica, Chile, Venezuela, Argentina e Colômbia e alegam que cerca de 60 a 70% dos cidadãos da Colômbia, Chile e Uruguai manifestam seus afetos a determinados partidos. Já no caso de Brasil cerca de 30% e no máximo 40% de cidadãos manifestam afeto aos partidos. Não somente estes casos, mas segundo Mainwaring e

Scully (1995) o Paraguai e México também os cidadãos tem um apego muito forte com os partidos políticos.

No caso de Brasil, Bolívia e Equador, Mainwaring e Scully (1995) afirmam que muitos dos cidadãos não se identifiquem com os partidos e tampouco votam alinhadas aos mesmos. Em particular, o Brasil, de acordo com os dois autores acima mencionados vários estudos foram feitos e vão ao encontro dessa tese. Mainwaring e Scully (1995) alegam que vários estudos sobre atitudes políticas e comportamento eleitoral, mostram que a maioria dos cidadãos brasileiros não expressam preferência partidária, e sobretudo que a votação para cargos executivos, não é determinada pela preferência partidária. De acordo com Mainwaring e Scully (1995) ainda no que se refere a esta segunda dimensão da institucionalização, os interesses organizados deveriam ter vínculos fortes com os partidos em sistemas de partidos institucionalizados. Venezuela, Chile, Costa Rica e Uruguai, são países nos quais os vínculos entre partidos e interesses organizados são mais fortes. No caso do México e do Paraguai, os partidos têm sido dominados grande parte pelas organizações sociais devido aos fortes vínculos entre os partidos e o Estado. Nos demais países analisados, os autores alegam que os partidos têm menos influência e controle sobre as organizações sociais.

No que diz respeito ao terceiro critério de institucionalização Mainwaring e Scully (1995) enfatizam que os cidadãos e os interesses organizados devem aceitar os partidos e as eleições como fator determinante sobre quem governa, além de conferir legitimidade ao processo eleitoral e aos partidos políticos. Os dois autores assinalam que no caso da Venezuela, Costa Rica, Chile, Uruguai e Colômbia, os partidos são cruciais em determinar quem governa. Sustentam ainda que nestes países os partidos são importantes para estabelecer quem entra no governo. No caso de México, Paraguai e Peru, segundo Mainwaring e Scully (1995), após o golpe de 1992, os partidos e as eleições são menos importantes na determinação de quem vai governar.

O quarto e último critério proposto por Mainwaring e Scully (1995) – as organizações partidárias devem ser mais sólidas em países cujo sistema partidário está institucionalizado. Mainwaring e Scully (1995) argumentam que há necessidade de mais investigações acerca das organizações partidárias na América Latina, afirmam que há poucos estudos sobre esta temática. Contudo segundo estes dois autores, Venezuela, Costa Rica, Chile, Uruguai, México e Paraguai são países onde os partidos mais fortes e

mais institucionalizados se encontram. Alegam Mainwaring e Scully (1995) que nestes países as elites políticas são mais fiéis aos seus partidos e a disciplina partidária é mais sólida. Os partidos nestes países estão bem organizados, apesar de muito centralizados, têm presença no poder tanto ao nível local como nacional.

Segundo Mainwaring e Scully (1995) Venezuela, Costa Rica, Chile e Uruguai têm surgido, através de um processo democrático, organizações partidárias moderadamente fortes, em contraste a situação que ocorre em México e Paraguai. Por fim, argumentam que no caso de Bolívia, Brasil, Equador e Peru as organizações partidárias são mais débeis que o restante dos países em análise, isto porque, segundo Mainwaring e Scully (1995) existem os chamados “populismos” e “personalismos”, no caso do Brasil e Equador que as elites políticas mantêm pouca lealdade aos partidos.

Mainwaring e Scully (1995) centraram o estudo na variação do grau de institucionalização de sistemas partidários porque consideram este elemento importante para a democracia. Os dois autores alegam que o grau de institucionalização mais do que números de partidos seria outro ponto crucial para a análise/comparação de sistemas partidários na América Latina. Mainwaring e Scully (1995) ao conceituarem os quatro componentes que medem o grau de institucionalização numa determinada região argumentam que em regiões onde o sistema é mais institucionalizado há uma manifestação considerável da estabilidade nos padrões da competição interpartidária, afirmam ainda que a institucionalização está conceitualmente vinculada à estabilidade.

Afirmam ainda que em sistemas mais institucionalizados, há um forte enraizamento dos partidos na sociedade, grande parte dos eleitores têm vínculos mais sólidos com as organizações partidárias e por vezes há algumas agremiações de interesse que intimamente ligadas aos mesmos. Neste sentido, quando há um forte enraizamento dos partidos na sociedade, este acaba por ajudar a regularidade da competição eleitoral. Mainwaring e Scully (1995) argumentam que apesar da competição interpartidária e raízes estáveis na sociedade estejam analiticamente separáveis, essas duas dimensões encontram-se entrelaçadas, isto porque, o forte enraizamento social acaba por estabilizar essa competição.

Terceiro, de acordo com a argumentação dos dois autores, em regiões com sistemas mais institucionalizados, os atores políticos acabam por conferir a legitimidade aos partidos, por considerar os mesmos (os partidos) como uma parte necessária da

política democrática. Mainwaring e Scully (1995) argumentam que “a legitimidade ajuda a estabilizar os sistemas partidários e, portanto, é uma dimensão atitudinal significativa da institucionalização”.

Mainwaring e Scully (1995), examinaram as diferenças entre os sistemas partidários nas democracias industriais avançadas e nos países menos desenvolvidos no que se refere ao nível de institucionalização. Mainwaring e Torcal (2007) alegam que os sistemas partidários dos países menos desenvolvidos são menos institucionalizados. O nosso estudo vai contra esta tese de Mainwaring e Torcal. Procuramos mostrar que Cabo Verde é uma exceção, o país possui um sistema partidário institucionalizado, a volatilidade eleitoral é baixa de acordo com os dados das eleições de 1991 a 2011 e se verificam níveis consideráveis de estabilidade eleitoral. No próximo capítulo buscamos comprovar essa afirmação.

Capítulo 3 - Partidos Políticos, Eleições e Democracia em Cabo Verde

Neste capítulo apresentamos, em primeiro lugar, os procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisas utilizados nesse estudo. Em seguida, serão analisados os resultados e dados da pesquisa sobre o processo de institucionalização do sistema partidário em Cabo Verde. De acordo com Costa (2001) em Cabo Verde o estudo acerca de sistemas partidários e partidos políticos é um fenômeno recente e passou a ter interesse no campo acadêmico somente a partir dos anos de 2000. Portanto, esse estudo tem um caráter inovador e busca contribuir para o desenvolvimento de uma área de pesquisas e estudos em fase de consolidação.

Nas ciências sociais a pesquisa ocupa um lugar fundamental no que se refere à análise e busca explicações e possíveis soluções para os fenômenos sociais. Segundo Marconi e Lakatos (1996) uma das finalidades da pesquisa é desvendar as respostas para temas em estudo, mediante a aplicação de métodos científicos de investigação.

Para Lamas (2001) a metodologia de investigação encontra-se estruturada em dois momentos diferentes e independentes. O primeiro está relacionado com a obtenção de informações e dados, nele se agrupam todos os atos intelectuais considerados indispensáveis à formulação e também da resolução dos problemas em estudo – isto é, tentar encontrar respostas para os fenômenos que estamos a pesquisar. Argumenta Lamas (2001) que este é a primeira ocasião para conhecer os fenômenos pesquisados em si. A segunda tem a ver com o caminho que percorremos para se chegar a esses fenômenos e de acumular os nossos conhecimentos acerca do que pesquisamos. (Lamas, 2001).

King, Keohane e Verba (1994) ressaltam que no campo das ciências sociais as pesquisas dividem-se em duas partes ou opções metodológicas: a pesquisa qualitativa designada por Humanista-Discursiva e a quantitativa, que se pode chamar de sistemática e generalizadora. De acordo com os autores, a pesquisa qualitativa envolve uma ampla gama de enfoques não numéricos, nas quais se busca analisar um número reduzido de casos e em algumas circunstâncias é estudado apenas um caso. Utilizam-se análises profundas por meio de fontes históricas, documentos, entrevistas, história oral, dentre outras. Argumentam ainda que a pesquisa qualitativa tenta sempre estudar de forma

global e exaustiva um determinado acontecimento e utiliza sempre o método discursivo e analítico (King, Keohane e Verba 1994). O segundo é a pesquisa quantitativa, que se pode chamar sistemática e generalizadora. De acordo com os autores acima mencionados este tipo de pesquisa em geral utiliza o método estatístico em suas diferentes modalidades (descritiva, inferencial). King, Keohane e Verba (1994) afirmam que nas pesquisas quantitativas faz-se necessário partir de casos concretos para que possamos comprovar hipóteses causais ou se chegar a uma descrição global do fenômeno analisado (King Keohane e Verba, 1994).

De acordo com estes autores, muitos pesquisadores acreditam que o único caminho para se conhecer e analisar alguns fenômenos em ciências sociais é a análise estatística sistemática¹¹. Os autores tiveram a preocupação de explicar que a diferença entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, reside apenas na utilização ou não de dados estatísticos, porém afirmam que a sua importância em termos metodológicos e de conteúdo são idênticas. O ponto central e de extrema importância segundo estes autores está na atenção que os pesquisadores devem ter nas regras de inferência científica. Segundo pensamento dos mesmos, os melhores estudos, ou por assim dizer, as melhores investigações têm de combinar tanto características qualitativas quanto quantitativas. (King, Keohane e Verba, 1994).

Neste estudo ambicionamos fazer uma abordagem quantitativa, que nos permita explicar detalhadamente as dimensões de institucionalização de sistemas partidários e os seus respectivos indicadores. Conforme passaremos a indicar nos parágrafos seguintes.

Antes de começarmos a indicar as fontes e procedimentos metodológicos utilizados, é oportuno mencionar que uma das principais dificuldades encontradas foi o acesso a dados sistematizados sobre o tema pesquisado. Em Cabo Verde ao se realizar qualquer pesquisa de caráter científico, na área de Ciências Sociais, Ciência Política, teremos pela frente um caminho que se afigura de uma extrema complexidade, uma vez que o contexto da organização e acesso aos dados é precário. Fizemos menção às

¹¹ Relativamente às pesquisas sistêmicas podemos dizer que são o caminho que os pesquisadores adotam para a execução das suas revisões, de uma forma mais abrangente da literatura, cuja sua forma não deve ser tendenciosa. Esta pesquisa exige uma seleção explícita do tema em estudo, não só para que os outros pesquisadores possam avaliar a sua qualidade, mas também para que eles possam usá-los de novo caso o julguem relevante.

Ciências Sociais uma vez que é a nossa área de pesquisa, mas devemos ressaltar aqui que essas dificuldades também são vistas nas outras áreas de conhecimento.

A nossa afirmação baseia no fato do país em estudo ainda não ter uma tradição de pesquisa e as pesquisas acadêmicas têm evoluído com mais expressão na última década. Assim sendo, muitas vezes os dados se tornam informações privilegiadas e também de difícil acesso, aqueles existem, mas por vezes de forma desorganizada o que acaba por dificultar sua obtenção.

Relativamente à construção de base de dados utilizada na parte empírica do nosso estudo, empregamos os seguintes procedimentos: consultamos os resultados das eleições legislativas e presidenciais no período democrático em Cabo Verde. A base de dados comporta todos os resultados das respectivas eleições acima mencionados, obtidos na Comissão Nacional de Eleição (CNE), Boletins Oficiais (B.O.), arquivo histórico nacional, jornais (disponíveis *on line*), documentos oficiais dos partidos políticos e resultados de *surveys* do Afrobarômetro. As fontes documentais utilizadas foram o Código Eleitoral, Constituição da República (1992 e 2010), Estatutos e Leis dos Partidos Políticos, Regimes Jurídicos dos Partidos Políticos e Lei Eleitoral, portanto utilizamos fontes primárias para a pesquisa documental.

Os dados secundários utilizados são: material bibliográfico (livros, artigos em periódicos e estudos monográficos) que permitissem explicar em profundidade, as características e o significado da proposta do estudo: a institucionalização do sistema partidário em Cabo Verde no período compreendido entre 1991 a 2011. No que diz respeito à interpretação e a análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1988), a análise de conteúdo visa a obtenção de indicadores quantitativos e qualitativos que permitam a ilação (inferência a partir de fatos) de conhecimentos relativos à produção/redução de mensagens. (Bardin 1988).

O referencial teórico abordou o estado de arte da institucionalização de sistemas partidários em alguns países da América Latina e da África, na África e em especial Cabo Verde. Centramos praticamente toda a nossa abordagem teórica da institucionalização dos sistemas partidários nos estudos de Mainwaring e Scully (1995), Mainwaring e Torcal (2007), E. Sanches (2011; 2013). O diálogo com a literatura visa fundamentar nossa hipótese, de refutar, que para o caso de Cabo Verde, as afirmações de Scott Mainwaring e Mariano Torcal (2007), ao afirmarem que “sistemas partidários

dos países menos desenvolvidos são menos institucionalizados”, não condiz com a realidade do país em estudo. No decorrer deste capítulo apresentamos os dados que possam corroborar a nossa alegação. O nosso estudo baseia-se em três dimensões do processo de institucionalização de sistemas partidários propostas por Mainwaring e Scully (1995), padrões estáveis da competição interpartidária; raízes estáveis na sociedade e continuidade organizacional, conforme já mencionado no capítulo anterior.

A primeira dimensão permite-nos verificar em que medida os partidos políticos são capazes de criar padrões de interação que lhes permitam alguma estabilidade na arena eleitoral. Utilizamos três indicadores que nos permitem verificar o cenário acima mencionado, volatilidade eleitoral, volatilidade legislativa e percentagem de votos dos novos partidos. No que se refere à segunda dimensão, raízes estáveis na sociedade, esta ajuda-nos entender como os partidos são percebidos socialmente e sua penetração na sociedade. Para esta dimensão utilizamos as seguintes dimensões: percentagem de votos dos principais partidos, diferenças de votos presidenciais e legislativas, a percentagem de lugares dos partidos fundados até 1970 e, por último incorporamos um quarto indicador que é a identificação partidária e que por sua vez é medida através dos inquéritos do Afrobarômetro.

Quanto à última dimensão, está nos permite verificar se há continuidade organizacional do sistema partidário no país em estudo. Para mensurarmos esta dimensão nos baseamos no número de cisões e de uniões existentes entre os partidos. Verificamos ainda o número de cadeiras que os partidos oriundos destas cisões ou uniões conseguiram conquistar ou manterem no parlamento. Cada uma das dimensões mencionadas foram analisadas em seus indicadores específicos em todas as eleições legislativas e presidenciais no período 1991 a 2011. É importante mencionar novamente que o país teve as primeiras eleições livres em Janeiro de 1991.

Em 1990 quando foram criadas as condições para a abertura política em Cabo Verde houve o ressurgimento de várias forças políticas e o nascimento de outras. Destacamos aqui o Movimento para a Democracia (MpD) que surgiu e se destacou de imediato na arena política cabo-verdiana. O partido/ou por assim dizer, o movimento surgiu como alternativa política perante o único partido existente até então o PAICV. Dentre as novas forças políticas que nasceram e ressurgiram o MpD foi a única que

conseguiu reunir todas as condições legais para participar das eleições legislativas de Janeiro de 1991 juntamente com o PAICV.

Nas eleições de 1991, o MpD conseguiu uma vitória surpreendente e esmagadora contra o PAICV, partido que governou o país por um período de 15 anos após a independência. O MpD obteve uma maioria qualificada e conseguiu igualmente eleger uma percentagem de 70% dos assentos parlamentares em disputa. Nota-se que, naquele pleito, o povo cabo-verdiano votou pela mudança e pela liberdade democrática. Se analisarmos o período do surgimento e da preparação para a participação das primeiras eleições livres e democráticas no país, o MpD teve um período muito curto para divulgar sua própria existência e plataforma política, buscar eleitores em nível nacional, e no entanto conseguiu um bom resultado. Em relação às demais forças políticas, que disputaram as primeiras eleições, estão a União Cabo-verdiana Independente e Democrata (UCID) que havia sido criada em 1978 por emigrantes residentes em Roterdã, mas que não possuíam uma base forte no país e também a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde, (UPICV) esta última por um grupo que havia sido expulso pelo PAIGC em 1975. (Costa, 2001).

De acordo com Costa (2001) os resultados das eleições demonstram a emergência de novos partidos políticos. Deu-se ainda uma cisão no seio da UCID acabando por surgir o Partido Social Democrata (PSD) em 1992. Em 1993 de igual modo houve uma cisão no seio do MpD e surgiu também um novo partido, o Partido da Convergência Democrática (PCD). Em 2000 surgiram duas novas agremiações, o Partido da Renovação Democrática (PRD) e o Partido de Trabalho e Solidariedade (PTS).

Não obstante o surgimento de novas agremiações, em Cabo Verde emergiu e consolidou um sistema bipartidário, o resultado das primeiras eleições realizadas em 1991 até o período atual corroboram essa afirmação (Costa, 2001). Nas cinco eleições legislativas no período democrático (1991 a 2011), o MpD venceu as duas primeiras conquistando uma maioria qualificada e as três últimas resultaram em vitória de maioria absoluta para o PAICV, como será mostrado mais adiante.

Costa (2001) afirma que embora Cabo Verde adote o sistema eleitoral de representação proporcional, por vezes o sistema se contradiz nos termos. Na prática o sistema eleitoral funciona com muitas distorções, acabando mesmo, por estabelecer

barreiras nas maiorias dos círculos eleitorais, favorecendo os maiores partidos. O autor também ressalta que há uma forte reclamação de alguns eleitores e de alguns membros da elite política quanto aos reais efeitos de sistema da representação proporcional e que o método D'hondt proporciona para alocação das cadeiras no parlamento. O autor chama atenção para a percentagem de cadeiras parlamentares e os percentuais dos votos obtidos, em especial os pequenos partidos, indicando que a combinação acima mencionada produz resultados bastantes desiguais. Para o autor “o método D'hondt é um dos métodos que resulta em maiores distorções comparativamente ao método de Sainte – Lague”. (Costa, Pg. 280. 2001).

Por fim afirma Costa (2001) que “a baixa magnitude média em combinação com a fórmula D'hondt, contribui para a concentração eleitoral e parlamentar nos partidos grandes e para uma relativa desproporção na distribuição de cadeiras parlamentares entre os partidos devido aos altos custos eleitorais para os pequenos partidos” (Costa, Pg. 293.2001). Estes fatores acabam por favorecer e preservar o sistema bipartidário. Os dados eleitorais das duas primeiras eleições legislativas em Cabo Verde permitem observar a predominância de um partido, o Movimento para a Democracia (MpD), nas eleições de 2001 a 2011, houve um domínio do PAICV, ganhando três pleitos eleitorais consecutivas.

3.1. Padrões estáveis da competição interpartidária – indicadores.

De acordo com Mainwaring (1999) “os padrões de competição interpartidária são cada vez mais regulares nas democracias consolidadas”. Na mesma linha de pensar Mainwaring e Scully (1995) alegam que sistemas mais institucionalizados tendem a manifestar, consideravelmente, maior estabilidade no que se refere aos padrões de competição interpartidária. Para os autores, esta dimensão se afigura como aquela a mais fácil de se medir e talvez mais importante de todas, pois consideram que a institucionalização está conceitualmente muito ligada à estabilidade.

No caso do país em estudo para mensurar a primeira dimensão nos baseamos em três indicadores: volatilidade eleitoral, volatilidade legislativa e percentagem de votos em novos partidos. De acordo com Mainwaring e Torcal (2007) a volatilidade eleitoral

se refere à transferência agregada de votos de um partido para o outro partido de uma eleição para outra. Estes dois autores acima mencionado argumentam que:

“Índice se obtiene sumando el cambio neto del porcentaje de bancas (o votos) ganado o perdido por cada partido de una elección en otra, dividiendo luego por dos. Un índice de 15, por ejemplo, significa que algunos partidos experimentaron una ganancia agregada del 15 por ciento de las bancas de una elección en otra, mientras que otros perdieron un total de 15 por ciento”. Mainwaring e Torcal (2007, pg. 94).

Os quadros 1 e 2 permitem observar um cenário de estabilidade, nota-se o domínio tanto na competição eleitoral como legislativa de dois dos partidos, MpD e PAICV. De acordo com os dados apresentados nas eleições legislativas e presidências 1991 a 2011 os cabo-verdianos votaram de uma forma esmagadora nestes dois partidos políticos. Ademais, como mostra o Quadro 3, outros três indicadores: volatilidade eleitoral, volatilidade legislativa e percentagem de votos em novos partidos permitem-nos verificar que os padrões da competição interpartidária no período analisado encontram-se estáveis.

Quadro 1: Percentual de votos (por partido) nas Eleições Legislativas em Cabo Verde 1991-2011¹²

Partidos/Percentual de votos por eleição	1991	1995	2001	2006	2011
Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)	33.59%	29.75%	49.50%	52.28%	52.68%
Movimento para Democracia (MpD)	66.41%	61.30%	40.55%	44.02%	42.27%
União Cabo-verdiana Independente e Democrata (UCID)	–	1.56%	–	2.64%	4.39%
Partido Social Democrata (PSD)	–	0.68%	0.45%	0.41%	0.46%
Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS)	–	–	–	–	0.19%
Partido de Convergência democrática (PCD)	–	6.71%	–	–	–
Aliança Democrática para a Mudança (ADM)	–	–	6.12%	–	–
Partido da Renovação democrática (PRD)	–	–	3.38%	0.64%	–

Fonte: Boletim Oficial, elaboração própria

¹² Apenas MpD e PAICV apresentaram candidatos em todas as eleições, o mesmo não ocorrendo com os demais partidos o que explica a ausência de informações sobre o percentual de votos obtidos em vários pleitos. Em relação a eleição em 1996 Antônio Mascarenhas Monteiro foi o único candidato e teve 81% dos votos, o restante foram votos nulos, branco e abstenção. Os dados expostos no quadro 2 permite verificar que em 2001 e 2011 houve a participação de candidatos independentes as eleições presidências. Em relação a 2011 houve a segunda volta entre Jorge Carlos Fonseca e Manuel Inocêncio Sousa, isto porque, como está explícito na Constituição da República no artigo 113º, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta dos votos validamente expressos ocorrerá a segunda volta com os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio. Na primeira volta as candidaturas independentes obtiveram 29.55% dos votos.

Em seguida expomos os dados das eleições legislativas em Cabo Verde de 1991 a 2011 para que possamos demonstrar em dados as afirmações acima citadas acerca da hegemonia do MpD em algumas eleições. Conforme já mencionado, nas primeiras eleições em Cabo Verde, após a democratização, apenas dois partidos (MpD e PAICV) atenderam aos requisitos legais para participar das eleições no território cabo-verdiano e no exterior. Nas eleições de 2001 a UCID considerado hoje em Cabo Verde como a terceira força política e com representação parlamentar não participou das eleições. Os dados das eleições legislativas que acabamos de expor aqui no trabalho permitem-nos de forma mais clara e detalhada comprovar a nossa afirmação de que o MpD teve períodos de predominância, ou por assim dizer, hegemonia na arena legislativa em Cabo Verde. Em seguida analisaremos os dados da volatilidade eleitoral legislativa no país em estudo.

Quadro 2: Percentual de votos (por candidatos) nas Eleições Presidências em Cabo Verde 1991-2011.

Eleição/Partido	1991	1996	2001	2006	2011
PAICV	27% (Aristides Pereira)	–	46.52% (Pedro Pires)	50.98% (Pedro Pires)	45.00% (Manuel I. Sousa)
MpD	73%% (Antônio M. Monteiro)	81% (Antônio M. Monteiro)	45.83% (Carlos Veiga)	49.02% (Carlos Veiga)	54.16% (Jorge Carlos Fonseca)
Independente	–	–	7.65%	–	–

Fonte: Boletim Oficial. Os dados da eleição de 2011 estão disponíveis em: <http://www.dgape.cv/index.php/2015-11-11-16-39-53/presidenciais> e <http://www.dgape.cv/index.php/faqs?catid=2>

Quadro 3 – Indicadores dos Padrões de Competição Eleitoral em Cabo Verde.

Período	Volatilidade Eleitoral	Volatilidade Legislativa	Percentagem de votos em novos partidos¹³
1991/1995	7.7	4.5	6.0 %
1995/2001	22.3	20	5.9 %
2001/2006	7.7	2	2.6 %
2006/2011	2.8	3	0 %

Fonte: (Sanches 2013).

De acordo com os dados do quadro podemos constatar que na primeira e segunda eleições houve uma predominância do MpD, sendo assim nota-se sem surpresa

¹³ Novos partidos são aqueles foram fundados após a terceira onda de democratização seguindo a caracterização foi feita por Mainwaring (1995, 1999). Nesse estudo incluímos os novos partidos em nossa análise uma vez que um dos partidos mais significantes na arena política em Cabo Verde foi fundado em 1956 (PAICV).

que houve naquela altura padrões estáveis da competição entre partidos em Cabo Verde. Os dados do quadro 3 ajudam-nos também demonstrar padrões de estabilidade, nota-se que a volatilidade foi de 7.7 e volatilidade legislativa de 4.5 e no que diz respeito a percentagem de votos nos novos partidos foi de 6 %, estes dados demonstram a baixa volatilidade no país. Vimos também que nestas duas eleições o MpD conseguiu nos dois mandatos uma maioria qualificada. A alta taxa de volatilidade eleitoral nas eleições de 1995/2001 demonstra que os eleitores podem mudar a direção dos seus votos de uma eleição para outra. Precisamente foi o momento em que o PAICV ascendeu novamente ao poder. Podemos observar este aspecto, por assim dizer da alta volatilidade nas eleições de Março de 2016 apesar desta eleição não esteja incluído no nosso estudo. Essa alta volatilidade eleitoral se deu devido a mudanças de votos que houve entre estas duas forças políticas em Cabo Verde. Mas isso se deu uma queda muito significativa a partir da eleição de 2001. Os dados expostos no quadro 3 apontam essa queda. Relativamente ao 0% de votos em novos partidos em 2006-2011 é pelo fato de nesse período se constata praticamente nula de mudanças de votos e de lugares em relação aos períodos anteriores. Podemos dizer que a percentagem de votos em novos partidos sempre foi baixa.

Podemos notar também que a volatilidade encontra localizada na alternância entre o PAICV e o MpD. De acordo com os dados acima expostos no quadro 3 podemos verificar que a percentagem dos votos entre novos partidos é baixa. Um outro aspecto de extrema importância a se levar em conta aqui é que apesar de ter ocorrido coligações entre alguns partidos políticos em Cabo Verde e em algumas eleições, em nenhum momento estes conseguiram eleger mais que dois deputados. Os partidos que celebraram coligações foram: Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS), União Caboverdiana Independente e Democrata (UCID) e Partido da Convergência Democrática (PCD).

De acordo com os dados do quadro 3, podemos constatar que a maior estabilidade da competição interpartidária foi no período de 2001/2006 e 2006/2011. O que demonstra este fato é que nesses períodos a mudança de votos e também de cadeiras conquistadas pelos partidos foram sempre mais baixos do que nos períodos de 1991/1995 e 1995/2001. Em 1991/1995 a percentagem de votos em novos partidos foi de 6.0 % e em 1995/2001 foi de 5.9 % enquanto que em 2001/2006 foi de 2.6 % e em

2006/2011 foi inexistente, portanto estes dados demonstram que os padrões de competição interpartidária em Cabo Verde estiveram mais estáveis.

Nos dados das eleições presidenciais e legislativas (Quadros 1 e 2) vimos que há partidos que participaram de apenas uma eleição e na seguinte acabaram por deixar de participar da competição. A UCID é a única força política no país que tem conseguido aumentar o número de votantes desde 1996 quando iniciou sua participação na competição eleitoral, o partido é considerado, atualmente, a terceira força política mais importante em Cabo Verde. Ultimamente surge como a terceira força política no parlamento cabo-verdiano e tem conseguido maior expressão eleitoral nas ilhas de São Vicente e Santiago. Nas eleições legislativas de 2006 a UCID conseguiu 2.64% dos votos. Na eleição seguinte em 2011 teve um aumento chegando a 4.39% conseguindo eleger dois deputados. Segundo os dados das eleições presidenciais (Quadro 2) vimos que a UCID desde que começou a participar da competição eleitoral nunca apoiou um candidato para as eleições presidenciais e nem apresentou candidato próprio. Nas eleições recentes de 2016 a UCID conseguiu pela primeira vez eleger três deputados e continuou ampliando seu percentual de votos chegando a 6.8%.

Um aspecto a levar em conta é que diferentes níveis de volatilidade acabam por ter diferentes resultados nos modelos da competição entre os partidos. Em sistemas partidários com alta volatilidade eleitoral os resultados eleitorais de uma eleição para o outro são menos estáveis. O mercado eleitoral é por vezes mais aberto e imprevisível, podendo mesmo existir a ascensão ou também a queda de partidos políticos. (Mainwaring, 1999).

Mainwaring e Zoco (2007), afirmam que a alta volatilidade eleitoral acaba por introduzir incerteza a respeito dos resultados eleitorais, podendo mesmo enfraquecer alguns regimes democráticos. Os mesmos autores afirmam que em regimes com alto nível de volatilidade as barreiras para a entrada de novos partidos são sempre mais baixas, mas a chance de ter no governo os políticos anti sistemas é muito maior. Afirmam ainda que a alta volatilidade eleitoral muitas vezes acaba por alterar o cálculo estratégico das elites na representação e nos cargos políticos. (MAINWARING e ZOCO 2007).

3.2. Raízes Estáveis na Sociedade

Os indicadores que utilizamos para medir esta segunda dimensão são: percentual de votos dos principais partidos; diferenças de votos entre eleições presidenciais e legislativas e por fim percentual de cadeiras obtidas pelos partidos fundados até 1970, período que demarca o início da terceira onda de democratização, conforme preconiza a literatura sobre o tema. De acordo com Mainwaring (1999) um sistema partidário acaba por ter raízes fortes na sociedade se analisando todas as eleições no período democrático for possível identificar que as diferenças de votos entre eleições legislativas e presidenciais forem baixas, se os partidos criados no início do processo de democratização conseguiram alguma percentagem de votos nacionais e se essa percentagem é significativa. O PAICV, criado em 1956, se enquadra nesse grupo. Ainda de acordo com o autor, sistemas partidários nos quais as pessoas se identificam com um determinado partido criam condições para o seu enraizamento na sociedade. No caso do país em estudos baseamos nos estudos de afrobarômetro para buscarmos essa informação.

É importante mencionar que os estudos de Afrobarômetro são feitos em parceria com cientistas sociais de 20 países africanos, participam as seguintes instituições: Instituto para a Democracia na África do Sul (Idasa), Centro para o Desenvolvimento Democrático (CDD-Gana) e também o Instituto para a Pesquisa Empírica na Economia Política (IREEP) no Benin, que coordena estes estudos e tem apoio técnico da Michigan State University (EUA) da Cape Town University.

As pesquisas de afrobarômetro contam com vários financiadores, entre os quais, o Ministério de Negócios Estrangeiros de Países Baixos, Agência Sueca Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação, o Ministério de Negócios Estrangeiros da Dinamarca a U.S. Agency for International Development, entre outros. Os estudos desenvolvidos pelo afrobarômetro consistem numa série de pesquisas comparativas, com vistas a mensurar valores e atitudes nacionais face à qualidade da democracia e também da governação em 20 países africanos. Estes estudos baseiam-se em amostras nacionais representativas.

Os inquiridos avaliam as atitudes dos cabo-verdianos face à democracia, sociedade civil e mercados. No território nacional as amostras se aproximam de 1200 inquiridos, com uma idade igual ou superior aos 18 anos.

Quadro 4 – indicadores do enraizamento dos partidos políticos cabo-verdianos.

Percentagem de votos dos principais partidos/Ano		Diferença de votos legislativas e presidenciais	Percentagem de cadeiras conquistadas pelos partidos fundados na redemocratização
1991	MPD 62 %	+11.0	29.1
	PAICV 32 %	-6.0	
1995/1996	MPD 59 %	+21.0	29.2
	PAICV 28%	-28.0	
2001	PAICV 47.8 %	+10.79	55.6
	MPD 39.2 %	+2.3	
2006	PAICV 52.3 %	+5.02	56.0
	MPD 44 %	-1.3	
2011	PAICV 52.68 %	+6.0	52.8
	MPD 42.27 %	-1.0	

Fonte: Sanches 2013

Na primeira dimensão fizemos menção ao UCID, mas já no segundo quadro acabamos por excluir partido da nossa análise porque aqui incorporamos os partidos que conseguiram uma percentagem igual ou superior a 10% dos votos nas eleições legislativas, por isso, no quadro 7 aparecem apenas o PAICV e o MpD em nossa análise.

No quadro 4 podemos notar que os dados das eleições assinalam um claro equilíbrio no que se refere a apoio eleitoral do PAICV e MpD, mas com maior presença do PAICV ao longo do tempo. Podemos destacar aqui algumas peculiaridades neste quadro, o MpD acaba sempre por sair beneficiado nas eleições presidências, mesmo nas eleições de 2001 e 2011 onde o candidato apoiado pelo partido perdeu as eleições. Enquanto no PAICV se nota uma diferença mínima de votos entre eleições presidenciais e legislativas. De acordo com os dados expostos no quadro 4 exceto em 2011, o PAICV sempre se vem aumentando a sua posição no parlamento.

Vale salientar também que incluímos em nosso estudos outro indicador que permite-nos verificar o grau do enraizamento dos partidos políticos cabo-verdianos, a identificação partidária, utilizando os dados do afrobarômetro. De acordo com estes dados, constatamos que em Cabo Verde o aumento de pessoas que se sentem próximas ou se sentem ligadas a um determinado partido tem sido significativo. Nota-se ainda a

predominância da identificação partidária dividida entre PAICV e MpD, como se pode verificar no Quadro 5.

Quadro 5 – indicadores do enraizamento dos partidos na sociedade Cabo-verdiana¹⁴.

Ano	Percentual de pessoas que se identifica com algum partido	Partidos		
		PAICV	MPD	Outros
2002	48.0 %	22.9 %	22.4%	2.7%
2005	53.0 %	20.7 %	23.2%	9.1 %
2008	63.0 %	27.6 %	27.7%	8.0 %

Fonte: Afrobarômetro, elaboração própria

De acordo com os dados expostos no quadro 5 verifica-se que entre 2002 a 2008 houve um aumento contínuo dos indivíduos que se sentem próximos a algum dos partidos políticos em Cabo Verde, com maior expressão para os dois maiores partidos, o PAICV e o MpD. Em relação ao PAICV houve um declínio das preferências em 2005. Por fim, podemos constatar que num período de seis anos houve um acréscimo gradual de quinze pontos percentuais da identificação partidária. Sendo assim, estes dados ajudam-nos a identificar juntamente com os outros já mencionados até que ponto estes dois partidos estão enraizados na sociedade e de igual modo se eles conferem a durabilidade/solidez do sistema partidário cabo-verdiano.

3.3. Continuidade organizacional

Segundo argumento de Janda (1983) há poucas pesquisas acerca da teoria da continuidade organizacional dos partidos políticos, e estudos comparados sobre a questão de uma teoria organizacional que se encontra bem desenvolvida. Ainda de acordo com o autor, a complexidade da organização partidária e a centralização do poder também são causados por fatores ambientais. Em seu estudo acerca de 95 partidos em 28 nações democráticas e quase democráticas, o autor conclui que os partidos no mesmo país tendiam a ser organizadas da mesma forma, ainda que houvesse variações explicadas por diversos fatores relativamente à complexidade da organização, 44% da

14 No estudo de 2011 o afrobarômetro apenas publicou a percentagem total de preferência dos dois maiores partidos que chegou a 55%, não especificando detalhadamente as percentagens obtidas pelos partidos individualmente. Por essa razão o quadro não apresenta informações para aquele ano.

variância foi explicada com seis variáveis ambientais, nos quais o autor destacou: modernidade, tamanho da população, sistema eleitoral, restrições ao sufrágio, a experiência democrática e a falta de concorrência de partidos. No que se refere à centralização do poder, o autor afirma que 35% foi explicada com seis variáveis, variáveis estes: o tamanho do país, o federalismo e aspectos da estrutura do legislativo-executivo.

Sanches (2013) analisa a continuidade organizacional dos partidos em Cabo Verde por meio do números de uniões e cisões entre os partidos a partir dos estudos de Janda. (Apud Sanches 2013). Incorporamos a continuidade organizacional no nosso estudo e conseqüentemente os indicadores que estão expostos no quadro abaixo por considerarmos que um dos aspetos que caracterizam a formação do sistema político no país em estudo e não só no continente africano é exatamente uma fraca coesão ideológica que acabaria por culminar a um amplo episódio de fenômenos de cisões/uniões entre os partidos destes países. Para esta dimensão – a continuidade organizacional, levamos em consideração as uniões e cisões que ocorreram durante o período democrático ajudando assim afirmar ou negar que em Cabo Verde há ou não a continuidade organizacional do sistema partidário. Nos dados exposto no quadro 6 demonstramos que o país em estudo se observa uma fraca ocorrência dos fenômenos de cisão e união entre os partidos.

Segundo Ramos (2012) e Sanches (2013) no país em estudo nunca aconteceu o fenômeno de união entre partidos e o número de cisões é muito baixo. Desde a abertura política até agora Cabo Verde registou apenas três cisões entre os partidos, duas delas tiveram início antes das eleições de 1995 e deram origem a dois partidos políticos, o Partido da Convergência Democrática (PCD) e o Partido Socialista Democrata (PSD). A última cisão se deu antes das eleições de 2001 e de igual modo deu origem a outro partido político, o Partido da Renovação Democrática (PRD) (Ramos, 2012; Sanches, 2013). Para medirmos o peso das cisões no sistema partidário cabo-verdiano utilizamos dois indicadores, número e percentual de lugares no parlamento. De acordo com os dados no quadro 6 constatamos que destas três cisões apenas um partido conseguiu um lugar no parlamento o PCD.

Quadro 6 – indicadores do peso das cisões no sistema partidário em Cabo Verde.

Partidos	Ano das eleições	Número de Cadeiras	Porcentagem de Cadeiras
PCD	1995	1	1.4%
PSD	1996/2011	0	0
PRD	1995/2006	0	0

Fonte: Sanches 2013.

Ramos (2012) argumenta que o PAICV se apresenta no cenário político cabo-verdiano como o partido com maior continuidade e estabilidade organizacional em relação à outra força política de maior renome na arena política em Cabo Verde, o MpD. A autora argumenta e baseia em dados dos partidos políticos nomeadamente alguns documentos recolhidos na sede dos partidos constata-se que foi na cisão que se deu dentro do MpD que se originou dois dos três partidos da respectivas cisões acima mencionados, PRD e PCD. (Ramos 2012).

Os partidos expostos no quadro 6 resultaram das cisões mencionados e os assentos foram conquistados no parlamento após essas cisões. De acordo com os dados expostos no quadro 6 podemos ver que os partidos que surgiram das três cisões ocorridas em Cabo Verde no período democrático foram incapazes de alterar o *status quo* na arena legislativa e eleitoral, isto é, os seus poderes de influenciar os eleitores e a arena eleitoral é quase nulo. Alguns destes partidos acabaram por não participar das eleições de 2001. Esse é o caso do PCD e a UCID, esta segunda não se originou da cisão acima referida, mas serve para mostrar que na arena eleitoral cabo-verdiana os pequenos partidos têm pouca expressão a nível nacional, especificamente, na arena parlamentar. É importante mencionar que os pequenos partidos em Cabo Verde quase sempre acabam por deixar de participar em algumas eleições apresentando candidatos apenas nas duas principais ilhas, Santiago (capital do país) e São Vicente, abrindo mão da participação nas demais localidades. Nas eleições autárquicas a UCID sempre apresenta candidatura na Ilha de São Vicente, os demais partidos só participam nas eleições legislativas. O PCD, que surgiu das três cisões mencionadas deixou de existir após sua participação das eleições de 1995. Podemos dizer que estes partidos tentam, sem êxito, a conquista de cadeiras no parlamento.

De acordo com os dados acima expostos no quadro 6 apenas o PCD conseguiu um representante parlamentar, isto é, um deputado em 1995. De acordo com Sanches (2013) “estes partidos, são incapazes de se assumir como uma alternativa aos partidos

dos quais se separaram” (Sanches, pg. 261. 2013). Nota-se igualmente que nas eleições posteriores o PCD deixou de participar das eleições no país, pois foi extinto.

Por fim e de acordo com Ramos (2012) e Sanches (2013) cremos que em Cabo Verde há uma tendência ao bipartidarismo e o sistema partidário apresenta um processo institucionalização bem sucedido. Mas, não somente os trabalhos dessas duas autoras, os dados das eleições desde a abertura política em 1991 corroboram esse argumento. Durante este período das eleições livres em Cabo Verde somente o PAICV e o MpD têm conseguido se alternar no governo, conforme demonstramos. A UCID, terceira força política, tem conseguindo ao longo do tempo recrutar mais eleitores, seu número de votos tem aumentando gradualmente. Recentemente nas eleições de 2016 pela primeira vez na sua história conseguiu eleger três deputados para representação parlamentar, mas esse crescimento não coloca em choque, pelo menos por enquanto, o sistema bipartidário.

3.4. Institucionalização e a Democracia: o caso de Cabo Verde

Ao analisarmos a democracia cabo-verdiana deveremos mencionar a transição política ocorrido na década de noventa. Esse processo negociado envolveu dois partidos políticos, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que governou o país após a independência em 1975 até os anos noventa, e o Movimento para Democracia (MpD), criado na sequência do processo da abertura política, conforme mencionado no capítulo dois. Antes de discutirmos concretamente o processo de transição política que envolveu a elite política das duas maiores forças políticas cabo-verdiana faremos uma breve análise no que diz respeito a organização e formação desses dois partidos políticos.

Ao se fazer menção aos partidos políticos cabo-verdianos, Ramos (2012) menciona o seguinte: para que possamos apreender a natureza dos partidos nesse país enquanto instituições que ocupam a centralidade do sistema político, devemos primeiramente, investigar a sua organização interna e também a sua gênese. Para a autora dois marcos importantes abriram a possibilidade da formação de novos partidos políticos e, por conseguinte a possibilidade da arena política cabo-verdiana vir a ter

novos atores políticos para disputar dos pleitos eleitorais. Estes marcos foram a queda do artigo 4º da Constituição e a revisão constitucional que antecedeu a realização das primeiras eleições livres e competitivas em Cabo Verde.

De acordo com a mesma autora em meados de 1990, mais precisamente em Setembro, houve a aprovação da Lei nº 86/III/90, do regime jurídico dos partidos políticos. Na referida lei estavam estabelecidas a autonomia dos partidos políticos de definirem a sua própria estrutura interna, o seu funcionamento e a sua organização. Ramos (2012), afirma que a conjuntura institucional implementada em Cabo Verde acabou por permitir o nascimento de novos partidos políticos no país. Devemos ressaltar aqui que até a aprovação da lei mencionada, o país tinha um único partido político (que governou o país após a independência), um regime monopartidário que vigorou até a revisão constitucional em Março de 1990. (RAMOS, 2013:29). Iremos a partir de agora analisar o processo da transição política ocorrido em Cabo Verde na década de noventa e também iremos indicar os principais traços da democracia cabo-verdiana.

De acordo com Évora (2013, p. 234) “o sucesso da transição democrática cabo-verdiana se deve a combinação de alguns fatores sociais, culturais e históricos e que acabaram por facilitar a introdução da democracia em Cabo Verde. Primeiramente comparando com outros países africanos que foram colonizados por Portugal, Cabo Verde chama atenção pela semelhança no formato institucional com o modelo adotado em Portugal. Esta similitude segundo a autora é explicada pelo processo de colonização e características sociais e culturais que se consolidaram em Cabo Verde”. Outro aspecto, segundo a autora, que facilitou na instalação da democracia em Cabo Verde foram as escolhas institucionais feitas pela elite política logo após a independência. Por fim a autora menciona outro ponto de extrema importância que acabou por ajudar no sucesso da transição política cabo-verdiana, a escolha do figurino constitucional logo após a independência. Évora (2013) sustenta que:

“Cabo Verde, assim que obteve a independência política, optou por um figurino constitucional que estabeleceu o parlamentarismo como sistema de governo. Assim, tanto o Presidente da República, que representa o Estado, como o Primeiro- ministro, chefe do governo, são politicamente responsáveis pela Assembleia Nacional”. (ÉVORA, in Sarmiento e Costa, 2013:236).

A autora faz menção a Lei de Organização Política do Estado (Lei nº 1/VII/75), a primeira lei constitucional em Cabo Verde considerava no seu artigo 3º que o poder do Estado Soberano do país seria exercido pela Assembleia Nacional. Para a autora este foi salvaguardado no processo de negociação democrática e veio a ser reforçado com a promulgação constitucional já no regime democrático com a aprovação da nova constituição em 1992. Esta constituição acabou por reforçar o sistema do governo parlamentar e denominando uma clara ampliação dos poderes ao poder legislativo. (ÉVORA, in Sarmiento e Costa, 2013).

O processo de transição negociada em Cabo Verde preservou o sistema parlamentarista cabo-verdiano, o que determinou uma característica central no que diz respeito à dimensão institucional do regime democrático do país. Essa característica central a que nos referimos é o sistema eleitoral que acabou por ter consequências na governabilidade de Cabo Verde.

De acordo com Évora (2013) Cabo Verde possui um regime democrático que nasce da preservação do sistema eleitoral proporcional para a Assembleia Nacional. Devemos ressaltar aqui que a revisão do código eleitoral, em 2010, dotou o arquipélago de um total de 22 círculos eleitorais para eleger 72 deputados que constituem a Assembleia Nacional. Mas, vale salientar que treze dos 22 círculos eleitorais só elegem dois deputados. No caso dos círculos no exterior, estes elegem seis deputados, nesse caso, África, América e a Europa, são círculos da representação das comunidades emigradas. Santiago é o maior círculo eleitoral do país, elege dezenove deputados e a segunda é a ilha de São Vicente que elege onze deputados. Um outro aspecto que a autora menciona é o fato da constituição democrática cabo-verdiana atribuir aos partidos políticos o monopólio da apresentação de candidatos. Em Cabo Verde não ocorreu o fenômeno de candidaturas independentes para as eleições legislativas no país. Assim, as candidaturas para a eleição dos membros do parlamento são feitas segundo por meio de um processo de sistema de lista fechada e bloqueada. De acordo com Évora (2013) e Silva (2007) o caso cabo-verdiano com o figurino de sufrágio universal e direto para as eleições presidenciais e legislativas, se figura num modelo onde os partidos detêm o monopólio constitucional de se apresentar candidaturas, um caso idêntico é o caso brasileiro. Como a lista é fechada o eleitor não pode acrescentar nomes, e tampouco alterar a ordem pela qual os partidos se apresentam. (Évora, in Sarmiento e Costa, 2013).

Évora (2013) sustenta que “a opção por um sistema eleitoral proporcional com uso do método D’Hondt acaba por causar implicações práticas na definição do sistema partidário que vai se consolidando em Cabo Verde, por conseguinte com a implicação na governabilidade do país”. De acordo com a autora:

“A literatura reconhece que a diversidade dos sistemas eleitorais, quer majoritário, quer proporcionais, vigentes em vários países, depende de certos parâmetros que acabam por ter implicação direta no sistema paritário e no processo de formação do governo. Assim, a fórmula eleitoral utilizada, a magnitude dos círculos eleitorais, a barreira eleitoral, o número total dos membros a eleger para a Assembleia, a influência das eleições presidenciais sobre as eleições legislativas, o grau de desproporcionalidade e os vínculos eleitorais interpartidárias são variáveis que influenciam o resultado das eleições e a governabilidade de um país. (ÉVORA, in SARMENTO e COSTA, 2013:238).

Costa (2001) em seu estudo sobre sistema eleitoral e sistema partidário cabo-verdiano, lembra que em Cabo Verde nas eleições parlamentares o sistema de representação proporcional, conforme o artigo 154º da Constituição de 1992 que também indica que a eleição para a Assembleia Nacional deverá decorrer em cada cinco anos. Relativamente aos círculos eleitorais, o autor afirma “a conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional D’Hondt de maiores médias” esta afirmação está implícita também no artigo 16º do Código Eleitoral de 1995. Afirma o autor que este sistema é visto como sendo aquele que promove os resultados mais proporcionais para a representação política em relação aos outros dois sistemas, o pluralista e o majoritário. Quanto à eficácia do sistema de representação proporcional Costa (2001) alega:

“O sistema de representação proporcional pode ser mais ou menos eficaz nos seus propósitos, dependendo da combinação do método usado para a alocação de cadeiras, com a magnitude dos círculos eleitorais e com o grau de clivagem social”. (Costa, 2001:281).

A governabilidade estável em Cabo Verde se verifica com o aumento significativo da preferência da população pelo regime democrático. De acordo com os

surveys, realizados desde 1999 pelo Afrobarômetro podemos perceber uma clara preferência, aceitação pelo regime democrático vigente no país e eleições regulares com alternância de poder considerada legítima tanto pela população como pelas elites políticas, estes elementos comprovam um gradual suporte da população em relação a democracia.

De acordo com o que mencionamos no parágrafo acima acerca da transferência de voto, no caso cabo-verdiano, o exemplo mais nítido foram as eleições de 2001, onde houve a transferência de voto do partido que venceu as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde e que esteve a governar o país durante dois mandatos consecutivos, de (1991 e 1995). Houve a transferência de voto num clima pacífico dando origem a uma nova elite política que assumiu o poder em Cabo Verde. Sobre esse tema, Évora (2013) afirma:

“A tese de transferência de voto torna-se relevante por traduzir um aspeto da institucionalização do regime democrático por estar diretamente ligada à aceitação das regras do jogo de competição política pelos atores, condição primordial para garantir a formação do governo. É neste sentido que a elite política desempenha um papel importante e pode contribuir para favorecer ou não a institucionalização do sistema democrático”. (ÉVORA, in SARMENTO e COSTA, 2013:240).

Segundo o que acabamos de analisar podemos afirmar que o regime democrático estabelecido no início da década dos anos noventa em Cabo Verde tem merecido atenção da literatura no que diz respeito à democracia de alguns países africanos e também obteve uma vasta importância em alguns relatórios de organismos internacionais, entre as quais: Economist Intelligence Unit's Democracy Index 2011 e World Bank de 2011 que monitoram as democracias mundiais, como sendo exemplar no que diz respeito, aos princípios do Estado de Direito Democrático, às regras do jogo democrático e às liberdades em relação aos demais países africanos que foram sujeitas a estas pesquisas.

De acordo com Évora (2004) podemos afirmar que Cabo Verde cumpriu todos os requisitos considerados necessários para que uma transição seja completa e também de uma democracia consolidada. O que podemos questionar nesse aspecto é até que

ponto esta democracia está consolidada? E no que diz respeito ao sucesso da transição política cabo-verdiana, em nosso entender passa pela combinação de vários fatores, dentre os quais, as escolhas institucionais da elite política para a formação do Estado cabo-verdiano e também o processo de formação socioculturais do país. Nos parágrafos anteriores abordamos questões tais como: abertura política, partidos políticos cabo-verdianos e sistema eleitoral do país em estudo. Iremos agora entrar na análise dos temas. Institucionalização versus democracia.

De acordo com autores como Cahen (1991); Chabal (2001); Meyns (2002) e Baker (2006) Cabo Verde é considerado atualmente uma das referências das melhores democracias quanto ao seu funcionamento numa perspectiva comparada em relação a outros países africanos e também por comparação as democracias da primeira e segunda vagas. De acordo com alguns índices que medem a qualidade da democracia, encontremos esta excepcionalidade do caso cabo-verdiano. Em um estudo feito pela Economist Intelligence Unit's Democracy Index em 2011, Cabo Verde encontra-se numa lista de 167 países democráticos com a segunda melhor democracia em África, a seguir as ilhas Maurícias, ocupando o 25º lugar e encontra-se a frente de muitas democracias mais antigas e consolidadas que em contexto africano, neste caso a frente de (África do Sul na 28º e também da Botswana em 33º como melhores democracias africanas) e quer no contexto Europeu a frente de (Portugal na 27º; França 29º e Itália no 31º como melhores democracias europeias).

Outros indicadores que destacam o caso cabo-verdiano são aqueles que medem a governança em alguns países africanos, como o índice de World Bank de 2011. Este é considerado consistente e segundo este Cabo Verde está nos três países com boa governança ocupando mesmo o terceiro lugar com uma pontuação de (0.46) onde as Maurícias ocupa o primeiro lugar com (0.75) e Botswana em segundo lugar com a pontuação de (0.66). Vale ressaltar aqui de acordo com este índice as estimativas de governança variam entre aproximadamente 2.5 (forte) e - 2.5 (fraca) no que diz respeito à performance governativa e estes dados estão disponíveis no *website* do The Worldwide Governance Indicators. Ainda há estudos de opinião sobre a *performance* governativa de vários países africanos que estão sendo feitos desde 1999 pelo Afrobarômetro e que destacam o caso cabo-verdiano.

Um aspecto a ressaltar nesses estudos comparados entre Cabo Verde e outros países africanos é que o primeiro é um país recém democratizado, as primeiras eleições livres aconteceram, na década de noventa, especificamente em 1991, conforme já indicado. Cabo Verde encontra-se incorporada aos países que fazem parte da “terceira vaga democrática” (Huntington, 1994).

Este fenômeno acabou por possibilitar a emergência de alguns estudos de conceptualização empírica e teórica acerca do fenômeno da transição política nos países do terceiro mundo e também proporcionou a proliferação de vários estudos acerca do mecanismo de democratização e liberalização de vários países africanos. No caso das Maurícias, Botswana e Gâmbia, que fazem parte destes estudos acima mencionados são democracias que desde 1960 vinham realizando eleições multipartidárias. E é este fato que leva os estudos a considerar o caso de Cabo Verde como excepcional dado a sua juventude democrática.

De acordo com Sanches (2013) ao entrar na análise de caráter distintivo da democracia cabo-verdiana, encontraremos alguns fatores explicativos que levam o país a ter esse caráter distinto. Primeiramente o país possui um passado colonial, pela qual houve ausência da guerra armada e uma elite com um alto grau de experiência na administração colonial, contribuindo assim a formação de quadros técnicos que viriam a exercer funções no Estado pós-colonial e democrático. Em seguida destaca-se a natureza da anterior experiência não democrática. No que se refere a esse segundo ponto a autora sustenta a instalação do sistema do partido único (PAIGC/CV) que vigorou desde 1975 (data da independência) até 1990. Naquele período o PAIGC/CV controlava o sistema político e ocasionalmente organizavam eleições plebiscitárias que lhe permitiria legitimar o regime. Segundo Évora (2004) e Sanches (2013) os níveis da repressão no país eram baixos, apesar da atuação da oposição, nomeadamente a UPICV, UCID, Igreja Católica, terem sido limitadas. Por fim, a autora destaca alguns aspectos socioculturais que favoreceram o processo democrático cabo-verdiano.

A autora aponta o fato da sociedade cabo-verdiana ser tipicamente “creola” e homogênea em termos da língua e também das crenças religiosas, ligada à cristandade europeia, sendo assim o país possui uma sociedade onde as principais distinções sociais estão ligadas diretamente a natureza geográfica e econômica e não a etnia. Estes aspetos foram importantes na formação dos partidos políticos, isto porque a origem dos partidos

políticos resultam de acordo com a oposição e também de uma estratégia política, em vez de promover a vontade e promover interesses regionais, sociais, religiosos raciais ou distintos. Segundo Sanches (2013), ao se referirem a origem dos partidos na África e países onde houve mesmo o bloqueio do processo democrático por causa de conflitos de base étnica, territorial ou religiosa, poderemos destacar, nomeadamente, a República Centro Africana, Burundi e Mali. Não só a autora mas outros estudos fazem menção a esses aspectos (Chaen,1991; Meyns, 2002; Baker,2006, Ramos, 2012).

Ao analisarmos o processo da institucionalização do sistema partidário, neste presente trabalho, demonstramos que o nível da institucionalização é como uma dimensão central para compreender os sistemas partidários, como apontam Mainwaring e Torcal (2005). Segundo estes dois autores “até meados dos anos de 1990, a maioria dos trabalhos sobre partidos e sistemas partidários negligenciou esse fato, dado que tinha o alto nível de institucionalização como pressuposto” (MAINWARING e TORCAL, 2007:2). Assim, de acordo com os autores sem examinar o processo de institucionalização, fica difícil entender características consideradas importantes dos sistemas partidários de muitas democracias e semidemocracias pós-1978. (MAINWARING e TORCAL, 2007:250).

Devemos ressaltar aqui que Mainwaring e Torcal (2007) alegam que a institucionalização é relevante para a qualidade da democracia, embora nosso foco não sejam análise da institucionalização e qualidade da democracia. Os mesmos autores afirmam que estes dois processos não são lineares, alegando mesmo que podemos encontrar um sistema partidário com um alto grau de institucionalização, contudo não ser tão democrático.

Considerações Finais

Este trabalho analisou o processo de institucionalização de sistema partidário em Cabo Verde no período compreendido entre 1991 a 2011 com vistas a compreender o sistema político do país em estudo. Para tal, demonstramos as mudanças políticas e institucionais ocorridas no país até chegar ao estado democrático. Evidenciamos os momentos da luta conjunta entre Cabo Verde e Guiné-Bissau para a independência, a abertura política, o sistema eleitoral. Em seguida afinamos o estudo em três dimensões explicativas do processo de institucionalização propostos por Mainwaring e Scully (1995).

A partir das análises feitas no decorrer do trabalho, podemos tecer algumas conclusões acerca do nível de institucionalização de sistema partidário em Cabo Verde. A análise descritiva dos indicadores dos critérios de institucionalização no presente trabalho, demonstrou que: relativamente a primeira dimensão: os *padrões estáveis da competição interpartidária*, estes encontram-se estáveis e por conseguinte se traduz num domínio quase que absoluto da competição eleitoral e legislativa entre as duas maiores forças políticas em Cabo Verde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para Democracia (MpD). Os dados das eleições compreendidas entre 1991 a 2011 demonstram isto, pois em todas as eleições analisadas até atual momento a maioria da população cabo-verdiana votou, em sua maioria, nestes dois partidos, os novos partidos não se tornaram atores relevantes no cenário político e eleitoral do país.

No que se diz respeito à segunda dimensão: *raízes fortes na sociedade*, os partidos políticos encontram-se enraizados na sociedade, na medida em que a diferença de votos nas eleições tanto presidenciais como legislativas é baixa. Nota-se claramente o equilíbrio do apoio eleitoral entre o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para Democracia (MpD), com maior presença do PAICV ao longo do tempo. Relativamente a essa segunda dimensão incluímos ainda em nossa pesquisa os estudos de afrobarômetro que coletam informações acerca da opinião pública no que se refere a identificação partidária em alguns países africanos, incluindo Cabo Verde. Vimos que nas pesquisas feitas de 2002 a 2011 a maioria dos entrevistados se sente próxima ao PAICV e ao MpD. Sendo assim, nota-se claramente que o PAICV e

o MpD estão cada vez mais enraizados na sociedade, acabando assim por confiar maior solidez do sistema partidário em Cabo Verde.

Quanto a terceira e última dimensão da pesquisa: a *continuidade organizacional* ela é manifestada/torna-se visível pelo baixo número de cisões e pela inexistência do fenômeno de união entre partidos em Cabo Verde. Nota-se que durante os vinte e cinco anos da democracia cabo-verdiana apenas houve três cisões entre os partidos. O PAICV apresenta-se como o partido com maior regularidade e estabilidade organizacional em relação ao MpD, isto porque, apenas no seio do MpD deu-se cisões originando-se novos partidos, o Partido da Renovação Democrática (PRD) e o Partido da Convergência Democrática (PCD). Estas cisões ocorridas em Cabo Verde de uma forma ou outra acabaram por não afetar a dinâmica do sistema partidário.

Sendo assim, os dados analisados permitem-nos afirmar que o país em estudo possui um sistema partidário cada vez mais institucionalizado, uma vez que os considerados atores políticos chave em Cabo Verde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para Democracia (MpD) têm uma clara perspectiva acerca do sistema político ampliando assim estratégias de competição eleitoral, que consideram ser estáveis, duradouros e também legítimas.

No nosso trabalho, partimos da hipótese inicial que diferentemente da argumentação de Mainwaring e Torcal (2005) que “sistemas partidários dos países menos desenvolvidos são menos institucionalizados”, o país em estudo está nesta categoria dos países menos desenvolvidos, mas com um sistema partidário bem institucionalizado. Os dados analisados durante a parte empírica do nosso trabalho refutaram a tese dos dois autores acima citados.

Podemos afirmar que temos uma literatura acerca da institucionalização de sistemas partidários cuja base está na importância eminente dos partidos nas democracias recentes. Sendo assim, analisando o caso de Cabo Verde, acabamos por perceber que sistemas institucionalizados não estão centradas apenas nas democracias chamadas industriais avançadas ou nos países desenvolvidos. Relativamente a natureza da transição política cabo-verdiana, vimos que este foi negociada entre a elite política do governo, na altura o PAICV, e a oposição apresentada pelo o MpD. Não houve a participação de quaisquer outras forças políticas, acabando a esses atores o protagonismo na transição política em Cabo Verde.

Referências Bibliográficas

Ames, Barry, Lucio Renno e Francisco Rodrigues “Democracy Market Reform, and Social Peace in Cape Verde”. 2003. Acesso em <http://afrobarometer.org/search/node/cape%20verde> 23. 02. 2015.

BAKER, Bruce. Cape Verde: The most democratic nation in Africa? *Journal of Democracy*, Vol. 44, 2006, 493-513.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lisboa, 1988.

BOHN, R. Simone, Paiva, Denise. A Volatilidade Eleitoral nos Estados Sistema Partidário e Democracia no Brasil. *Revista Sociol. Polit.* Curitiba, vol 17, n. 33, p. 187-208, jun. 2009.

CABRAL, Aguido, Deolinda Reis, Francisco Rodrigues e José Semedo. “A qualidade da democracia e da governação em Cabo Verde”. 2011. Acesso em <http://afrobarometer.org/search/node/cape%20verde> 23 de fevereiro de 2015.

CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional, 1980.

CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional, 2010.

CAHEN, Michel (1991). Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 14-15, Lisboa, pp. 113-154.

COSTA, Daniel Henrique. *O Semi-presidencialismo em Cabo Verde (1991-2000)*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001.

CHABAL, Patrick, *History of Postcolonial Lusophone Africa*, England, C. Hurts & Co. Ltd., 2002.

ÉVORA, Roselma. *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado, Brasília, UnB, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. 1968. *Political Order in Changing Societies*. Norman: University of Oklahoma Press.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave: Democratization in the Late Century*. Norman: University of Oklahoma Press. 1991.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political Development and Political decay*, *World Politics*, Vol. 17, nº 3, 1965.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

JANDA Kenneth, *Comparative Political Parties: Research and Theory*, Chapter 7 in Ada W. Finifter (ed.), *Political Science: The State of the Discipline II* Washington,

D.C.: American Political Science Association, 1993. Disponível em http://janda.org/comparative%20parties/Janda_on_parties.htm. Acesso em 22 de maio de 2016.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O. e VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University, 1994.

KENNETH, Janda, *political Parties: a Cross-National Survey*, New York, The Free Press, 1980.

KOUDAWO, Fafali, *Cabo Verde, Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001.

KUENZI, Michelle, Lambrigh, Gina, *Party System Institutionalization in 30 African Countries*, *Party Politics*, Vol. 7, nº 4, 2001.

KUENZI, Michelle, Lambrigh, Gina, *Party System and Democratic Consolidation in Africa's Electoral Regimes*, *Party Politics*, Vol. 11, nº. 4, 2005.

LAMAS, Estela et al. *Contributos para uma Metodologia Científica mais Cuidada*. Instituto Piaget, Lisboa. 2001.

LINDEBERG, Staffan, *Institutionalization of party systems? Stability and Fluidity among legislative parties in Africa's Democracies*. *Government and Opposition*, Vol. 42, nº 2, 2007.

LAAKSO, Markku, Taagepera, Rein, *Effective Number of Parties. A measure with applications to West Europe*, *Comparative Political Studies*, V.12, nº. 1, 1979.

LOPES, José Vicente, *Aristides Pereira Minha Vida Nossa História*, Praia, Spleen Edições, 2012.

MAINWARING, Scott, Scully, Timothy R, *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press, 1995.

MAINWARING, Scott, *Party Systems in the Third Wave*. *Journal of Democracy*, Vol. 9, nº 3, 1998.

MAINWARING, Scott, *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso de Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MAINWARING, Scott, Torcal, Mariano. *Teoria e Institucionalização dos Sistemas Partidários após a Terceira Onda de Democratização*, *Opin. Publica*, vol. 11, n. 2, Campinas Oct. 2005.

MAINWARING, Scott, Zoco, Edurne. *Political Sequences and the Stabilization of Interparty Competition: Electoral Volatility in Old and New Democracies*, 2007.

MARCONI, Marina Andrade & Lakatos Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo, Atlas S.A. 1996.

MAYNS, Peter, *Cape Verde: an African Exception*, *Journal of Democracy*, vol. 13. 2002.

MIGUEL, Fernando. Eleições Angolanas de 1992: Uma Evidência do Voto Único. Tese de Mestrado do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, 1996.

RAMOS, Arceolinda. Partidos Políticos na Democracia Cabo-verdiana: um estudo de caso (1991-2011). Dissertação de Mestrado, Universidade de Cabo Verde, 2012.

REIS, Deolinda, Francisco Rodrigues e José Semedo. “Atitudes em relação à democracia em Cabo Verde”. 2005. Acesso em <http://afrobarometer.org/search/node/cape%20verde> em 23. 02. 2015.

REIS, Deolinda, Francisco Rodrigues e José Semedo. “Atitudes em relação à democracia em Cabo Verde”. 2005. Acesso em <http://afrobarometer.org/search/node/cape%20verde> em 23. 02. 2015.

SANCHES, Idalina. O processo de institucionalização do sistema de partidos cabo-verdiano. Revista de Estudos Cabo-verdianos, nº4, V 9 2012.

SANCHES, Idalina. A institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona. O caso cabo-verdiano, Cadernos de Estudos Africanos, CEA-ISCTE, nº20, 2011.

SANCHES, Idalina. Institucionalização do Sistema Partidário e Democratização em Cabo Verde (1991-2011), in Sarmento e Costa (org.), Entre África e Europa, Nação, Estado e Democracia em cabo Verde, 2013.

PANEBIANCO, Ângelo. Modelos de Partido: Organização e Poder nos Partidos Políticos. Editora Martins Fontes, São Paulo. 2005.

PEDERSEN, Mogens N. Electoral Volatility in Western Europe, excerpt from The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility, 1948-1977. In: *European Journal of Political Research*, v. 7, n. 1, p. 1-26. 1979.

RANDALL, V.; SVÅSAND, L. Party institutionalization in new democracies. *Party Politics*, v. 8, n. 1, p. 5-29, 2002.

WELFLING, Mary, Political Institutionalization: Comparative Analysis of African Party Systems, USA, Sage, 1973.

Fontes:

- Constituição de Cabo Verde, 1992
- Constituição de 2010
- Lei eleitoral nº 92/V/1999
- Lei eleitoral de 1990
- Código eleitoral de 2010
- Boletim Oficial Suplemento nº 3, 25 de Janeiro de 1991
- Boletim Oficial I Série nº 52, 27 de Dezembro de 1995
- Boletim Oficial I Série nº 2, 22 de Janeiro de 2001
- Boletim Oficial I Série nº 11, 14 de Março de 2006
- Boletim Oficial I Série nº 7, 19 de Fevereiro de 2011
- Afrobarometro, 2003, 2005, 2008, 2011